



**Município da Marinha Grande**  
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
09/06/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 15

Aos nove dias do mês de junho de dois mil e dezasseis, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Paulo Jorge Campos Vicente, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alberto Fernandes Logrado;
- Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09.30 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

Nenhum dos membros, do executivo, presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### ORDEM DO DIA

1. **PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO**
2. **REQ. N. 804/16, DATADO DE 17/05/2016 – PC N.º 399/15, DATADO DE 27/10/2015 – ANTÓNIO AUGUSTO AMARAL E MARIA CELESTE FERREIRA RIBEIRETE**
3. **REQ. N. 661/16, DATADO DE 26/04/2016 – PC N.º 46/16, DATADO DE 03/02/2016 – REGINA MARGARIDA GUERRA MENDES FERNANDES BABAU E PAULO SÉRGIO DA CRUZ BABAU**
4. **REQ. N. 453/15, DATADO DE 04/12/2015 – PC N.º 659/16, DATADO DE 26/04/2016 – CAROLINA FÉLIX MARQUES**
5. **REQ. N. 869/16, DATADO DE 25/05/2016 – PC N.º 137/16, DATADO DE 19/04/2016 – SONAERP- RETAIL PROPERTIES SA**

6. REQ. N. 902/16, DATADO DE 01/06/2016 – PC N.º 382/14, DATADO DE 30/10/2014 – SOLO E BETÃO - COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS PARA REVENDA E CONSTRUÇÃO CIVIL LDA
7. REQ. N. 805/16, DATADO DE 17/05/2016 – PC N.º 122/16, DATADO DE 08/04/2016 – LINO GOMES PEDRO
8. REQ. N. 904/16, DATADO DE 01/06/2016 – PC N.º 208/16, DATADO DE 01/06/2016 – ALBINO PINHEIRO LEAL
9. REQ. N. 879/16, DATADO DE 01/06/2016 – PC N.º 75/15, DATADO DE 18/03/2015 – PORTUMOLDE - MOLDES PORTUGUESES, LDA.
10. REQ. N. 2150/08, DATADO DE 15/07/2008 – PC N.º 479/07, DATADO DE 24/07/2007 – MARIA SALOMÉ LUZ LOPES NEVES SERRANO, JOSÉ MATEUS ÓRFÃO, JÚLIA DE JESUS BRÍGIDA e JOAQUIM LUÍS DAS NEVES VIEIRA PEREIRA
11. REQ. N. 24/11, DATADO DE 05/01/2011 – PC N.º 200/08, DATADO DE 20/05/2008 – DAVID MIGUEL CARDEIRA DUARTE
12. REQ. N. 1294/11, DATADO DE 28/06/2011 – PC N.º 699/06, DATADO DE 20/11/2006 – RODRIGUES E RIBEIRO, LDA
13. REQ. N. 2595/11, DATADO DE 28/12/2011 – PC N.º 67/11, DATADO DE 01/03/2011 – TERTÚLIA SINGULAR, LDA
14. REQ. N. 414/16, DATADO DE 17/03/2016 – PC N.º 107/2016, DATADO DE 17/03/2016 – DOMINGOS MORGANIÇA RIGUEIRA MARQUES
15. APROVAÇÃO FASE 1 DO PROJETO DE EXECUÇÃO DA “REDE DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS DE PICASSINOS, PEDRULHEIRA E TOJEIRA”
16. APROVAÇÃO FASE 2 DO PROJETO DE EXECUÇÃO DA “REDE DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS DE PICASSINOS, PEDRULHEIRA E TOJEIRA”
17. APROVAÇÃO FASE 3 DO PROJETO DE EXECUÇÃO DA “REDE DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS DE PICASSINOS, PEDRULHEIRA E TOJEIRA”
18. APROVAÇÃO DA FASE 1 DO PROJETO DE EXECUÇÃO DA “REDE DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS DA AMIEIRA E CHARNECA DA AMIEIRA”
19. APROVAÇÃO DA FASE 2 DO PROJETO DE EXECUÇÃO DA “REDE DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS DA AMIEIRA E CHARNECA DA AMIEIRA”

20. APROVAÇÃO DA FASE 3 DO PROJETO DE EXECUÇÃO DA “REDE DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS DA AMIEIRA E CHARNECA DA AMIEIRA”
21. APROVAÇÃO DA FASE 4 DO PROJETO DE EXECUÇÃO DA “REDE DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS DA AMIEIRA E CHARNECA DA AMIEIRA”
22. APROVAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DOS HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
23. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS
24. AUTORIZAÇÃO PARA PAGAMENTO DE TAXAS EM PRESTAÇÕES
25. VENDA AMBULANTE EM LOCAL FIXO NA PRAÇA AFONSO LOPES VIEIRA, SÃO PEDRO DE MOEL
26. ALTERAÇÃO DA TIPOLOGIA DE PRODUTOS DEFINIDA PARA O LOCAL FIXO NA PRAÇA AFONSO LOPES VIEIRA, SÃO PEDRO DE MOEL
27. EMPREITADA DE: REQUALIFICAÇÃO DA ESTRADA VIEIRA DE LEIRIA /PRAIA DA VIEIRA – CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2016 - ADJUDICAÇÃO
28. RECEÇÃO DEFINITIVA
29. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS CAUSADOS EM VIATURA AUTOMÓVEL – REQUERENTE: DORA MARINA MORGADO DA SILVA – PROPRIETÁRIA DA VIATURA: SILVA GADOS, LDª. – RESPONSABILIDADE CIVIL – APRECIACÃO E DEFERIMENTO.
30. MODIFICAÇÃO AO ACORDO DE EXECUÇÃO CELEBRADO COM A FREGUESIA DE VIEIRA DE LEIRIA.
31. CONTRATO DE EXPLORAÇÃO DE LOJA NO EDIFÍCIO DA RESINAGEM. ADENDA.
32. ATRIBUIÇÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL A AGREGADO FAMILIAR RESIDENTE NA RUA DE S. PEDRO N.º 79 GUARDA NOVA, MARINHA GRANDE, POR FALTA DE CONDIÇÕES DE SEGURANÇA E SALUBRIDADE
33. CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES NO EDIFÍCIO DA IVIMA À ASSOCIAÇÃO ALZHEIMER PINHAL LITORAL PARA APOIO E DESENVOLVIMENTO DE TERAPIAS DIVERSAS JUNTO DAS PESSOAS PORTADORAS DA DOENÇA DE ALZHEIMER E RESPECTIVAS FAMÍLIAS, RESIDENTES NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE

**34. VOTO DE LOUVOR E FELICITAÇÃO AO ATLETA NUNO SARAIVA**

**35. RESUMO DE TESOUREARIA**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**1 - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO**

Nos termos do previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi concedido um período para intervenção e esclarecimento ao público.

**Inscreveu-se e foi atendido o seguinte munícipe:**

**1 – Sr. Júlio Franco Rosa**, residente na Rua General Humberto Delgado, n.º 20, Marinha Grande, que se inscreveu para falar sobre os acessos ao mercado municipal, pelo lado sul, que já tinha abordado na reunião pública do passado dia 25/05/2016.

O munícipe referiu que já passaram 15 dias, desde a última reunião e ainda não foi colocada a massa asfáltica junto do mercado municipal do lado sul e continua a não ser feita a limpeza.

O **Sr. Presidente** confirmou a existência dos buracos no acesso sul, mas devido ao envolvimento dos serviços nas Festas da Cidade não foi possível resolver o assunto. Vai ainda chamar atenção dos mesmos para as questões da limpeza.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**O Sr. Vereador Vítor Pereira cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:**

⇒ Congratulou-se pelo êxito das Festas da Cidade e realçou o facto de o modelo adotado ter sido, em boa hora lançado pela CDU. Provou-se que o mesmo estava correto e que foi ainda melhorado, tal como seria de esperar. Agradeceu a toda a equipa de trabalhadores da Câmara. Parabenizou o Jornal da Marinha Grande, que ao fim de 3 edições das Festas da Cidade, estas tiveram direito a capa, tendo assim o relevo merecido.

- ⇒ Apresentou o seu voto de louvor pessoal ao Judoca Marinhense Nuno Saraiva e à sua família, que vai tornar-se o segundo atleta olímpico da Marinha Grande, depois do Raimundo Santos, no atletismo.
- ⇒ Solicitou à Sra. Vereadora o envio do relatório das despesas respeitante às Festas da Cidade.
- ⇒ Lembrou que ainda não obteve qualquer resposta aos seus requerimentos.
- ⇒ Alertou o Sr. Vereador Logrado, para o uso indevido de emails particulares para divulgar iniciativas do PEM. Disse tratar-se de uma ilegalidade e de invasão da privacidade das pessoas.
- ⇒ Solicitou o envio de cópia do parecer jurídico que fundamentou a decisão de não apoiar a edição do livro sobre “A história da Coopovo”, cooperativa quer tem feito um trabalho relevante para o concelho.

**O Sr. Vereador Aurélio Ferreira cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:**

- ⇒ Felicitou o treinador de hóquei marinhense Nuno Domingues e os hoquistas marinhenses João Lomba, David Costa e Marco Gaspar, por se terem sagrado campeões nacionais da 2ª divisão de hóquei em patins, pelo Sporting de Tomar.
- ⇒ Felicitou a Associação Portuguesa de Deficientes, delegação de Leiria, por ter conquistado a taça de Portugal de Andebol ACR 4.
- ⇒ Felicitou o judoca marinhense Nuno Saraiva, por se ter qualificado para os Jogos Olímpicos 2016, a realizar no Rio de Janeiro. Nuno Saraiva tem um brilhante palmarés e um futuro muito promissor pela frente. É o segundo marinhense a participar em Olimpíadas, depois do Raimundo Santos em Barcelona em 1992. Apesar do mérito ser maioritariamente de Nuno Saraiva é de relevar todos os que se envolveram neste caminho, ainda curto (dada a idade do jovem, apenas 22 anos), nomeadamente a família, o Judo Club da Marinha Grande e mais recentemente o Sport Lisboa e Benfica, os patrocinadores.

*“A Câmara Municipal vai hoje, e bem, aprovar um voto de louvor nesta reunião. É importante o reconhecimento público aos atletas com louvores mas, para que eles consigam atingir tais performances, é fundamental que tenham apoios financeiros, materiais e logísticos. A Câmara Municipal, numa fase desportiva crucial para Nuno Saraiva, em 2014, simplesmente decidiu não atribuir qualquer apoio. Relembro que em Março de 2014 o Judo Clube da Marinha Grande veio solicitar à Câmara um apoio financeiro para que o Nuno Saraiva participasse em competições internacionais com o objetivo de obter pontos para participar nos Jogos Olímpicos. O executivo permanente demorou mais de sete meses a decidir e, em finais de Outubro, quando a maioria das provas já se tinha realizado, vem dizer que afinal*

*não iria dar um apoio financeiro, mas sim um patrocínio (com obrigatoriedade de pagamento de IVA por parte do clube), inferior ao que tinha sido solicitado, e, pasme-se, afinal já não iria ser para 2014, mas apenas para o ano seguinte (2015). Recordo apenas que o argumento então apresentado foi o de que este apoio financeiro “Não se enquadrava no regulamento”, e o executivo permanente não conseguiu encontrar solução, nem apresentar alterações ao regulamento que fossem mais justas e transparentes, tantas vezes propostas. Perante a necessidade de competir, pois só assim conseguiria pontos para atingir os jogos olímpicos, Nuno Saraiva viu-se obrigado a mudar para o Benfica e, naturalmente, o Judo Clube da Marinha Grande, em Dezembro de 2014, abdicou do patrocínio atribuído. A Câmara vai atribuir um voto de louvor a Nuno Saraiva, mas nada contribuiu para que este marinhense conseguisse chegar aos Jogos Olímpicos e que com esta participação levasse o nome de um clube da Marinha Grande. Lamentável, mas é esta a triste realidade.”*

⇒ Festas da cidade

*“Teve muita gente, com grande envolvimento de todos os participantes. Parabéns a todos incluindo os colaboradores da câmara, as coletividades e a RCM que esteve permanentemente nos 3 dias*

*Se me é permitido e dando o meu contributo para a melhoria desta iniciativa, sugiro que se faça um regulamento das Festas da Cidade, de modo a evitar situações de desigualdade e discricionariedade nos custos dos espaços ocupados. Não é admissível que as entidades que queiram participar tenham um custo associados às taxas previstas Regulamento de taxas e outras Receitas Municipais e aos patrocinadores não tenham regras de patrocínio determinadas, ou seja, o patrocínio fica à descrição da organização. Com isto fica incompreensível que a participação numa feira que dura 30 dias e tem 500.000 visitantes seja mais barata do que a participação nas Festas da nossa Cidade, que tem apenas 3 dias e muito menos visitantes.*

*Sugiro que se estudem os regulamentos dos municípios vizinhos, desde a festa do Bodo em Pombal às festas do Sítio na Nazaré, e já agora façam benchmarking, visitando as outras festas com dezenas de edições.”*

⇒ A Câmara Municipal colocou a concurso a “reabilitação de campos de ténis”, no montante de € 163.000,00. Questionou sobre o que se pretende fazer.

⇒ Há duas reuniões solicitou dois requerimentos, que ainda não tiveram respostas. Passou quase um mês para que possa obter informação que com certeza está disponível nos serviços. Perguntou qual a razão para que não seja dada resposta. Como o Sr. Presidente sabe o prazo que tem para responder já passou, pelo que questionou quando tenciona responder.

⇒ Ordem. Depois da reunião que teve na Ordem, apresentou as preocupações e sugestões dos moradores, que são as seguintes:

*“Da partilha que tive na ORDEM, os munícipes levaram as seguintes preocupações:*

1. *HABITAÇÃO SOCIAL*

*Foi referido que um cidadão conhecido, que vive numa habitação social no Bairro do Camarnal, há mais de 4 anos que aguarda as reparações na sua casa, como sejam a humidade e o chão.*

*SUGESTÕES:*

*a) Verificar as anomalias e no caso de existirem, reparar.*

2. *TUMG*

*A paragem dos autocarros da TUMG, na Rua da Angola, perto do nr. 55, não tem abrigo. As crianças que vão para a escola esperam à chuva e encostadas à estrada, com os carros a mandarem água para cima deles.*

*SUGESTÕES:*

*a) Instalar um abrigo para a paragem*

*VIAS DE COMUNICAÇÃO*

3. *RUA DA VITÓRIA*

*A Rua da Vitória está muito degradada e os munícipes dizem que há anos que fazem reclamações na Câmara. A Rua é muito estreita, mas passam autocarros. Em frente da Pré-primária da Ordem não há estacionamento e é sempre uma grande confusão, sobretudo na hora da entrada e saída, com os pais e avós a pararem, e estacionarem, dificultando a passagem ou até a saída/entrada dos munícipes em suas casa.*

*SUGESTÕES:*

*a) Reparar a Rua da Vitória*

*b) Como a Rua é estreita a Rua da Vitória deveria ter apenas um sentido como a Rua do Sol,*

4. *RUA DO SOL*

*Tem o problema do saneamento e do aqueduto já tantas vezes falado na reunião de câmara*

*SUGESTÕES:*

*a) Estão há muito discutidas as soluções para esta rua, o que falta é pôr em prática.*

5. *RUA DOS BICAS*

*A Rua dos Bicas está cheia de buracos. Não se pode caminhar e em dias de chuva é só poças*

*SUGESTÕES:*

*a) Reparar a rua*



6. *RUA DE ANGOLA*

*É a rua principal da Ordem e está uma desgraça. São buracos, paralelos soltos, etc.*

*SUGESTÕES:*

*a) Reparar a rua*

7. *LARGO EM FRENTE À SEDE DA ORDEM*

*A alteração que foi feita neste largo em termos rodoviários, coloca em perigo quem vem na Rua de Angola e vira à direita para a Rua António Matos Bonita. O passeio a envolver o Largo não é verdadeiramente circular e os carros ultrapassam a faixa de rodagem.*

*SUGESTÕES:*

*a) Alterar a dimensão do passeio de modo a tornar circular a passagem dos carros*

8. *ENTRADA NA ORDEM PELA EN 242*

*Quem vem da Nazaré para entrar na Ordem, se não conhecer, vai ter muita dificuldade, pois terá de ir dar a volta pelo infantário Arco Iris e depois passar pela frente da escola, com todos os inconvenientes e insegurança que é o trânsito à porta da escola, e só então entra na Rua da Índia. Tem de se dar uma grande volta e por outro lado não há sinalização. Um munícipe referiu que no tempo do vereador Artur Oliveira foi afirmado que havia uma solução, inclusivamente já conversada com as Infra-estruturas de Portugal.*

*SUGESTÕES:*

*a) Verificar o estudo feito para alterar a entrada da Ordem pelo lado da Nazaré e executar de acordo*

*b) Enquanto não é feito deve colocada sinalização adequada*

9. *ENTRADA NA ORDEM PELA GUARDA NOVA*

*Quem entra na Ordem pela Guarda Nova, junto ao Restaurante Paris, foi alterada a sinalização horizontal e as marcas no chão dão prioridade a quem vem da Pedra. Com isto, em dias de mais movimento, formam-se filas na Estrada de S. Pedro, dificultando o trânsito.*

*SUGESTÕES:*

*a) Analisar a sinalização horizontal para verificar se é possível melhorar o escoamento do trânsito."*

⇒ Águas da rede pública

*"Os munícipes continuam a dizer-me que a água que sai das torneiras em casa continua castanha, parece argila. Um munícipe disse-me: "Felizmente não bebo nem cozinho com a água da câmara, mas ainda me interroguei se eu terei ficado mais suja depois do banho do que quando entrei no duche".*

*Uma outra munícipe disse-me: "Sou dos Outeirinhos e esta situação de água suja permanece. É nojento saber que estamos a lavar os alimentos e a tomar banho em água suja como diz a minha pequena filha de 3 anos. No último ano só cozinho*

*com água engarrafada. Estou supostamente a lavar louça mas talvez seja sujar ainda mais. Nunca bebi água da torneira e começo a achar que todos os meus problemas de saúde relacionados com pedras têm a ver com a água de lavar alimentos"*

Uma outra munícipe disse: *"A minha roupa branca já é branco escuro, e tive o cuidado de reparar também na roupa dos vizinhos, e está igual. A água neste estado está a danificar a minha canalização de aquecimento central + caldeira, e máquinas de lavar louça e roupa. A quem peço responsabilidades? Há anos que cozinho com a água da fonte do Casal dos Claros"*

O Sr. Presidente diz que as águas são analisadas. Com certeza as análises são feitas no momento da captura e deveriam ser feitas nas casas ou nos estabelecimentos públicos. Visitei recentemente um município no Alentejo que tinha editais com análises em cafés. Posso fazer-lhe chegar.

Há anos que ouvimos dizer que é preciso fazer investimento nos Altos Picotes, aliás fez parte das promessas eleitorais, mas continuamos a negar esta execução, até um dia acontecer ficarmos sem água.

Como das últimas vezes que este tema aqui foi falado o Sr. Presidente disse que a água da torneira que se consome na Marinha é boa, até para beber, eu referi isto mesmo a estes munícipes. Uma munícipe pediu-me para lhe entregar esta garrafa de água da sua torneira, veja se pode ser consumida."

**A Sra. Vereadora Alexandra Dengucho cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:**

- ⇒ Sugeriu ao Sr. Presidente que se antecipe a discussão do ponto 22, sobre o regulamento dos horários de funcionamento, uma vez que estão presentes muitos comerciantes interessados e que precisam de rapidamente voltar ao trabalho.
- ⇒ Destacou e felicitou o treinador Nuno Domingues e o Judoca Nuno Saraiva pela sua prestação desportiva.
- ⇒ Sugeriu que a Câmara contratasse um artista de rua para "grafitar" o rosto dos 2 atletas olímpicos Marinhenses num local no centro da cidade.
- ⇒ Parabenizou os funcionários da autarquia e elogiou as festas da Cidade. Disse tratar-se de um evento para continuar, pois tem um grande impacto na vida social, económica e cultural de concelho.
- ⇒ Pediu para se limpar o matagal envolvente ao Bambi em S. Pedro e também o que está a invadir as ciclovias.
- ⇒ Lembrou que ainda está a aguardar a respostas aos seus requerimentos e que os prazos de resposta já foram ultrapassados.

**O Sr. Vereador Carlos Logrado cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:**

- ⇒ Agradeceu aos munícipes que participaram em massa nas Festas da Cidade. Trata-se de um evento com um grande potencial de crescimento. Disse estarmos no bom

caminho e devemos procurar ser líderes na região e obter resultados positivos para o Concelho. Neste momento, com 3 edições realizadas, a próxima edição já nos pode dar um grande retorno financeiro. Referiu que não houve descalços nas Festas e que foram dias em que as pessoas estavam felizes.

- ⇒ Sugeriu a realização de uma outra grande festa, mas esta feita junto ao mar, nas nossas praias.
- ⇒ Saudou a presença dos comerciantes, são agentes económicos importantes para a dinâmica do turismo e são muito bem-vindos. Em relação aos horários, aconselhou a que tenham uma postura flexível para que se encontre uma boa solução para todos e que esta sirva bem o concelho.

**A Sra. Vereadora Cidália Ferreira cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:**

- ⇒ Congratulou toda a população que fez as Festas da Cidade, que este ano atingiu as 80 mil pessoas durante os 3 dias. Houve visitantes de vários pontos do país. Os artistas gostaram muito do acolhimento feito pela organização e pelo público. Deu os Parabéns aos trabalhadores da Câmara pela união e pela dedicação. Vale a pena sermos felizes e as Festas vão continuar. Ainda em relação a este evento disse que vai avançar a elaboração de um regulamento para as Festas, dado tratar-se de uma necessidade.
- ⇒ Disse que tentou fazer a projeção dos jogos do EURO2016, mas os custos financeiros e os recursos humanos envolvidos e orçamentados são muito elevados.
- ⇒ Informou que há algum tempo que a Câmara está a preparar um projeto de “grafitis”, tendo já seleccionado locais e contactos com artistas. Convidou todo o executivo a visitar uma exposição que está patente no S.O.M. no âmbito de uma acção da CPCJ da Marinha Grande.
- ⇒ Explicou os detalhes da obra dos campos de ténis na Marinha Grande e a articulação da mesma com o clube de ténis.
- ⇒ Congratulou-se com os êxitos desportivos dos nossos atletas e convidou todos os Srs. Vereadores para a diferentes atividades da agenda de junho.

**O Sr. Presidente Paulo Vicente cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:**

- ⇒ As Festas da Cidade passaram a ser uma marca da cidade, envolveram imensa gente além da população do concelho, vieram pessoas de toda a região e de todo o país. Felicitou a Sra. Vereadora Cidália pelo seu empenho pessoal, pois esteve sempre presente do primeiro ao último minuto nos dias das Festas.
- ⇒ Louvou o trabalho de todos os funcionários e disse que este evento é para evoluir e afirmar a Marinha Grande no contexto nacional.
- ⇒ Fez suas, todas as palavras de elogio já proferidas ao judoca Nuno Saraiva e disse que está agendado um voto de louvor ao atleta na presente reunião.
- ⇒ Explicou com mais detalhe, a intervenção que vai ser efetuada nos campos de ténis junto do mercado.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
09/06/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 15

- ⇒ Quanto à água, explicou como se processam as análises ao consumo de água. A recolha é feita de forma aleatória por uma empresa especializada e certificada, mas as colheitas são feitas, quer em edifícios públicos, quer em casa de particulares. Sugeriu que, as pessoas que apresentam problemas nas suas casas, que os reportem na hora, para que a empresa faça de imediato a análise na entrada e saída de suas casas.
- ⇒ Vai pedir aos serviços da Câmara, o estudo que o Sr. Vereador Aurélio diz existir relativamente à rede viária de acesso à Ordem.
- ⇒ A limpeza do espaço envolvente ao Bambi é da responsabilidade o concessionário, mas a câmara já lá está hoje, a limpar. A limpeza das praias e das ciclovias já está feita.



Terminado o período de antes da ordem do dia, o **Sr. Presidente** interrompeu a reunião, para um breve intervalo, que decorreu das 11:00 horas às 11:15 horas, hora a que chegou também o Sr. Vereador António Santos.



Após o intervalo, o Sr. Presidente referiu que iria ser discutido o ponto 22 da ordem do dia, com a epígrafe "APROVAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DOS HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS" e que o regulamento acolheu os contributos previamente enviados pelo Srs. Vereadores.

Esta alteração da ordem do dia foi posta à consideração de todos os presentes, que concordaram com a mesma.

**Assim, esteve presente a seguinte proposta:**

**"22 - APROVAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DOS HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS"**

O Decreto-Lei 10/2015, de 16 de janeiro, que veio aprovar e instituir o «Regime Jurídico de Acesso e Exercício de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração» (RJACSR), procedeu a alterações ao Decreto-Lei 48/96, de 15 de maio (Regime dos horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, alterado e republicado pelo Decreto-Lei

48/2011, de 1 de abril), introduzindo assim novas regras para esse regime e estabelecendo a liberalização dos horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais.

Nessa medida, o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de maio, na sua atual redação introduzida pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, prevê que os órgãos municipais devem adaptar os regulamentos municipais sobre horários de funcionamento em função do novo n.º 1 do artigo 1.º ou do artigo 3.º desse mesmo diploma.

Nesse sentido e para cumprimento do previsto no n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo (aprovado e publicado pelo Decreto-Lei 4/2015, de 7 de janeiro e doravante designado de CPA), o início do presente procedimento regulamentar foi objeto de publicitação através da afixação nos locais de estilo do Edital n.º 26/DAM/2015 e divulgação no sítio institucional do Município da Marinha Grande, com os elementos aí determinados, por forma a permitir a participação procedimental de eventuais interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento, fixando-se um prazo de dez dias para o efeito.

No âmbito da participação procedimental não foram constituídos interessados, nem apresentados quaisquer contributos.

Com vista ao cumprimento do disposto nos artigos 100.º e 101.º, n.º1 do CPA, a proposta de regulamento, após a sua aprovação pela Câmara Municipal, foi submetida a consulta pública pelo período de trinta dias úteis, a qual foi objeto de publicitação por aviso na 2.ª série do Diário da República (Edital 90/2016 publicado no Diário da República 2.ª série, n.º 21 de 1 de fevereiro), por Edital afixado nos locais de estilo e divulgado no sítio da internet do Município da Marinha Grande.

Decorrido que foi este período, verificou-se terem sido apresentados contributos e sugestões que foram devidamente ponderados nas alterações introduzidas ao instrumento regulamentar municipal.

Foi, ainda, nesse âmbito e prazo, garantida a audiência das seguintes entidades representativas dos interesses envolvidos (nos termos e para os efeitos do artigo 100.º, n.º 1 do CPA e artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de maio, na sua atual redação introduzida pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro):

- UGT – União Geral de Trabalhadores;
- CGTP – Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses;
- Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Centro;
- DECO – Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor;
- PSP – Polícia de Segurança Pública da Marinha Grande;
- GNR – Guarda Nacional Republicana de Vieira de Leiria e São Pedro de Moel;
- ACIMG – Associação Comercial e Industrial da Marinha Grande;
- Junta de Freguesia da Marinha Grande;

- Junta de Freguesia de Vieira de Leiria;
- Junta de Freguesia da Moita;
- Associação de Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal;
- Agência Portuguesa do Ambiente e a Autoridade Marítima Nacional.

Decorrido o prazo da audiência das entidades, foram apresentados contributos por parte das seguintes entidades:

- DECO – Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor;
- ACIMG – Associação Comercial e Industrial da Marinha Grande;
- Associação de Hotelaria, Restauração e Similares do Centro.

Tais contributos foram ponderados e após uma análise criteriosa, os mesmos foram consagrados na versão final do presente regulamento que ora se aprecia para posterior aprovação pela Assembleia Municipal.

Assim, a Câmara Municipal, depois de analisar o “Projeto do Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços” e de ponderar as sugestões apresentadas quanto ao mesmo, deliberou para melhor conciliar os legítimos interesses empresariais e de recreio, aqui vincadamente defendidos pela ACIMG, e o direito ao descanso dos cidadãos, tarefa de que o Município não pode abdicar, introduzir algumas alterações à redação do projeto, por entender que foram apresentados contributos relevantes, que são um meio para pontenciar a compatibilização dos vários e legítimos interesses em presença.

Tratando-se de um instrumento regulamentar com eficácia externa, a respetiva competência para aprovação do presente regulamento pertence à Assembleia Municipal da Marinha Grande, conforme o fixado na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado no Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, sendo competência da Câmara Municipal da Marinha Grande elaborar e submeter à aprovação do órgão executivo os projetos de regulamentos externos do município (de acordo com o disposto alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º da citada Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**Assim, a Câmara Municipal, no uso da competência conferida pela alínea k) do nº 1 do artigo 33º, para efeitos da alínea g) do nº 1 do artigo 25º, do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, delibera submeter à aprovação da Assembleia Municipal, o “Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços”.**

**Esta deliberação foi tomada por \_\_\_\_\_.”**

**Relativamente a este ponto verificaram-se as seguintes intervenções:**

**O Sr. Vereador Vítor Pereira** considera positivo a aceitação das sugestões e que permitiu ter um regulamento com uma filosofia substancialmente diferente. Adotou-se, e bem, o princípio do horário livre, mas precisa de mais dados para perceber se foram atendidas as reclamações sobre este assunto. Se houve um levantamento das opiniões dos comerciantes, deveríamos estar na posse de tais informações, para melhor decidir. Referiu que o regulamento apresentado não é uma proposta, porque vem “vazio” e sem fundamentação, em especial o artº 7º que é o coração do regulamento.

**O Sr. Vereador Aurélio Ferreira** disse que o espírito e a forma do regulamento é o do horário livre. Pensa que o volume de queixas e de reclamações é muito importante e que deve ser tido em consideração. As alterações que foram propostas são positivas e não incorrem em ilegalidades. Os pareceres recolhidos às entidades ajudaram a fazer o contraditório e a cruzar informação, agora temos que encontrar uma forma de coexistirem os interesses da segurança e do bem-estar dos moradores e os dos comerciantes. O regulamento deve focar-se nos estabelecimentos que apresentam antecedentes e não nas ruas, devemos atender aos problemas específicos e não à generalidade da questão.

**A Sra. Vereadora Alexandra Dengucho** reforça que a restrição à lei geral deve ser bem fundamentada. A Câmara deveria ter feito o trabalho de casa mais cedo, uma vez que este regulamento está em vigor desde Março de 2015. Deveria ter sido discutido com tempo e não em ciam da época balnear. Disse ainda que não faz sentido, colocar no regulamento restrições ao estabelecimento A, B, ou C.

**O Sr. Vereador Aurélio Ferreira** disse que a lei é geral e abstracta para toda a gente, é o princípio livre. As exceções têm que ser fundamentadas, tem que se encontrar um ponto de equilíbrio entre os moradores das zonas em causa e os comerciantes. Não podemos ficar encurralados na Lei.

**O Sr. Vereador Carlos Logrado** não se revê nesta forma de fazer política. Disse que foi dada a oportunidade, e bem, de se darem contributos para a proposta apresentada na última reunião e agora a proposta vem aqui novamente com espaços em branco para que possamos decidir os horários, e ainda não está bem.

Concorda com a aplicação da lei geral e apresentou uma sugestão para se aplicar um sistema de medição de ruído nos locais mais problemáticos a partir do próximo ano.

Propôs horário livre para os estabelecimentos de restauração e bebidas e encerramento às 2h as esplanadas localizadas fora das praias e as das praias, até às 4h. Sempre que se registem queixas, aplica-se o previsto no art.º 10º.

**O Sr. Vereador Vítor Pereira** disse estar em condições de apresentar uma proposta até segunda-feira.

**A Sra. Vereadora Alexandra Dengucho** disse que tem que refletir sobre o assunto e não está em condições de votar o ponto hoje. Questionou o Sr. Vereador Logrado da seguinte forma:

- Se deve constar no regulamento a exigência do “*sistema de medição de ruído*”?
- Qual o seu custo?
- Se a sua proposta de horários é livre, sendo apenas regulamentadas as esplanadas?

**O Sr. Vereador Carlos Logrado** confirmou que essa é a proposta. Os estabelecimentos que querem ultrapassar a *hora do silêncio* (22.00h), devem munir-se do sistema de deteção de ruído. Esta é a proposta possível de momento, mas deve ser melhorada. A Câmara pode implementar, caso tenha disponibilidade orçamental, um sistema de controlo que mede e auto regula, comparticipando até ao montante de 1000,00€ por comerciante, o restante seria suportado pelo comerciante, estamos a falar de um valor total de 2000,00 a 3000,00€, não tem ainda os valores corretos deste equipamento.

**O Sr. Presidente Paulo Vicente** disse que estamos na altura de tomar decisões. Este assunto esteve presente em reunião de Câmara no dia 15 de outubro e a partir daqui, decorreram os prazos previstos na lei. As leis são gerais e abstratas. O horário livre funciona há um ano, e este tempo foi dado precisamente para ver como o mercado reagia.

Seguidamente leu os seguintes excertos do ofício remetido pela GNR de Vieira de Leiria, datado de 23/03/2015:

*“(...)*

*- O novo regime de horário de funcionamento livre é altamente prejudicial para a segurança, saúde e tranquilidade das pessoas em geral e dos moradores da Praia da Vieira em particular;*

*- Assim, verifica-se que a partir das 03:30 horas é quando surgem problemas de alteração da ordem pública, tanto no interior como no exterior dos referidos bares;*

*- O ruído incomodativo é um facto, conforme queixas já formalizadas, das quais se anexam algumas, logo, caso seja alargado o horário irão surgir mais queixas, pois que, existe, efetivamente, ruído incomodativo produzido para o exterior e com consequências para a saúde dos moradores, pois que, não se poderá menosprezar o facto de os bares estarem implantados em zona residencial/habitacional;*

*(...)*

*(...) propõe-se a V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup> que, no uso das suas competências e nos termos dos art<sup>os</sup> 3<sup>o</sup> e 4<sup>o</sup> do DL 48/96 alterado pelo DL 10/2015, restrinja os horários de funcionamento dos bares da Praia da Vieira para as 04:00 horas, com a devida tolerância.”*

Este ano tem que haver regras. Tem que ser tomada uma decisão e assumida, na próxima reunião de câmara, não se pode adiar mais esta questão. Há mais pessoas prejudicadas do que beneficiadas com a ausência de regulamentação dos horários.



Após discussão, o ponto foi retirado da ordem de trabalhos.

O Sr. Presidente pediu aos Srs. Vereadores que entreguem novas propostas do que pretendem até final do dia 14 de junho, próxima terça-feira. Estas serão analisadas e o assunto voltará a ser agendado para tomada de decisão na próxima reunião de Câmara.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**2 - REQ. N. 804/16, DATADO DE 17/05/2016 – PC N.º 399/15, DATADO DE 27/10/2015 –  
ANTÓNIO AUGUSTO AMARAL E MARIA CELESTE FERREIRA RIBEIRETE**

319 - Presentes requerimentos n.º 1577/15, n.º 1905/15, 651/16 e n.º 804/16, registados em 2015/10/27, 2015/12/17, 2016/04/22 e 2016/05/17, respetivamente, constantes do processo camarário n.º 399/15, referente ao pedido de licenciamento (legalização) de obras de alterações realizadas na moradia e no anexos, licenciamento da obra de demolição de um muro e licenciamento da obra de construção de um muro de vedação, no prédio sito no Beco da Rua de Leiria, n.º 42, lugar do Barqueiro, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz urbana sob o artigo n.º 5663 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 3011, apresentado por ANTÓNIO AUGUSTO AMARAL, com o NIF 136853064, e por MARIA CELESTE FERREIRA RIBEIRETE, com o NIF 112004717, ambos residentes na Rua Leopoldo de Almeida, n.º 74 – R/C D.tº, lugar e freguesia de Mem Martins, Município de Sintra.

Presentes alterações ao projeto formuladas pelos requerimentos n.º 651/16 e n.º 804/16, registados em 2016/04/22 e 2016/05/17, respetivamente, apresentadas em sede de audiência prévia.

Presente informação técnica, datada de 2016/05/30.

A Câmara Municipal depois de analisar as alterações formuladas para o projeto, apresentadas em sede de audiência prévia, bem como o parecer técnico, datado de 2016/05/30, que se debruçou sobre as mesmas e considerando que as alterações colmatam as deficiências que motivaram a audiência prévia ao projeto, delibera:

DEFERIR, nos termos do n.º 3 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação – RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura, referente a pedido de licenciamento (legalização) de obras de alterações realizadas na moradia e no anexos, licenciamento da obra de demolição de um muro e licenciamento da obra de construção de um muro de vedação, no prédio sito no Beco da Rua de Leiria, n.º 42, lugar do Barqueiro, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz urbana sob o artigo n.º 5663 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 3011, respeitante ao processo n.º 399/15, registado em 2015/10/27, apresentado por ANTÓNIO AUGUSTO AMARAL, com o NIF 136853064, e por MARIA CELESTE FERREIRA RIBEIRETE, com o NIF 112004717, ambos residentes na Rua

**Leopoldo de Almeida, n.º 74 – R/C D.tº, lugar e freguesia de Mem Martins, Município de Sintra.**

**Delibera ainda informar o requerente que deverá apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação da presente deliberação, os projetos das especialidades aplicáveis nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do RJUE.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**3 - REQ. N. 661/16, DATADO DE 26/04/2016 – PC N.º 46/16, DATADO DE 03/02/2016 – REGINA MARGARIDA GUERRA MENDES FERNANDES BABAU E PAULO SÉRGIO DA CRUZ BABAU**

320 - Presente requerimento n.º 661/16, datado de 2016/04/26, constante do processo camarário n.º 46/16, subscrito por REGINA MARGARIDA GUERRA MENDES FERNANDES BABAU, com o NIF 201271630 e por PAULO SÉRGIO DA CRUZ BABAU, com o NIF 203468600, residentes na Rua das Andorinhas, n.º 62, lugar de Tojeira de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de “*Construção de anexo e alteração de muro de vedação*”, incidente sobre um prédio urbano e um prédio rústico, sítos na Rua das Andorinhas, n.º 62, lugar de Tojeira de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, descritos na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob os números 7.331 e 7.041, e inscritos, respetivamente, na matriz predial urbana sob o artigo número 16.639 e na matriz predial rústica sob o artigo 951, da freguesia de Marinha Grande, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação tomada em reunião de câmara datada de 2016/03/03.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2016/05/24, referente aos projetos das especialidades apresentados.

**Após a análise da pretensão e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de licenciamento da obra de “*Construção de anexo e alteração de muro de vedação*”, incidente sobre um prédio urbano e um prédio rústico, sítos na Rua das Andorinhas, n.º 62, lugar de Tojeira de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, descritos na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob os números 7.331 e 7.041, e inscritos, respetivamente, na matriz predial urbana sob o artigo número 16.639 e na matriz predial rústica sob o artigo 951, da freguesia de Marinha Grande, com o número de processo 46/16, com data de entrada em 2016/02/03, apresentado por REGINA MARGARIDA GUERRA MENDES FERNANDES BABAU, com o NIF n.º 201271630, e por PAULO SÉRGIO DA CRUZ BABAU, com o NIF 203468600, residentes na Rua das Andorinhas, n.º 62,**

lugar de Tojeira de Picassinos, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1. Os muros de vedação deverão ser executados em alvenaria, devidamente rebocados e pintados, de acordo com a alínea *a)* do art. 18.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.
2. Execução de todos os trabalhos que se vierem a verificar por necessários em consequência da realização da obra.

Mais delibera informar os requerentes que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**4 - REQ. N. 453/15, DATADO DE 04/12/2015 – PC N.º 659/16, DATADO DE 26/04/2016 – CAROLINA FÉLIX MARQUES**

321 - Presente requerimento n.º 659/16, datado de 2016/04/26, constante do processo camarário n.º 453/15, subscrito por **CAROLINA FÉLIX MARQUES**, com o NIF 239833350, residente na Rua dos Cavalinhos, Edifício Brisa do Mar, Fração 1-A, Praia do Vale Furado, freguesia de Pataias, concelho de Alcobaça, referente ao pedido de licenciamento da obra de **“Construção de uma habitação unifamiliar e muros de vedação”**, incidente sobre um prédio rústico sito na Rua da Ponte a Pedreanes, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 8.160, e inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 8.889, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação tomada em reunião de Câmara realizada em 2016/01/12.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2013/12/16, propondo a aprovação dos projetos das especialidades apresentados.

**Após a análise da pretensão e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR**, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/14, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de licenciamento da obra de **“Construção de uma habitação unifamiliar e muros de vedação”**, incidente sobre um prédio rústico sito na Rua da Ponte a Pedreanes, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 8.160, e inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 8.889, com o número de processo 453/15, com data de entrada em 2015/12/04, apresentado por **CAROLINA FÉLIX MARQUES**, com o NIF 239833350, residente na Rua

dos Cavaleiros, Edifício Brisa do Mar, Fração 1-A, Praia do Vale Furado, freguesia de Pataias, concelho de Alcobaça, com os seguintes condicionalismos:

1. Instalação do recetáculo postal domiciliário efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 6 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 4 de setembro e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro.
2. Os muros de vedação deverão ser executados em alvenaria, devidamente rebocados e pintados, de acordo com a alínea a) do art. 18.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.
3. Execução de todos os trabalhos que se vierem a verificar por necessários em consequência da realização da obra, nomeadamente um passeio ao longo da frente do prédio confinante com a Rua da Ponte a Pedreães, com a dimensão e alinhamento constantes da peça gráfica correspondente à *"TOPOGRAFIA/IMPLANTAÇÃO/MURO FRONTAL"* - *"Desenho 1"*, com o mesmo tipo de material existente no passeio localizado a Nascente do prédio, designadamente a pavimentação do passeio em calçada de calcário com as dimensões 0,05x0,05x0,05m, após execução de uma base em *"toutvenant"*, com 0,15m de espessura e lãncil de calcário com as dimensões de 0,13m (largura à vista) x 0,22m (altura) x 0,13m (largura da base).
4. Cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 34,50m², ao longo da frente do prédio confinante com a Rua da Ponte a Pedreães, conforme configuração constante da peça gráfica correspondente à *"TOPOGRAFIA/IMPLANTAÇÃO/MURO FRONTAL"* - *"Desenho 1A"*, entregue a coberto do requerimento n.º 659/16, datado de 2016/04/26, ficando a emissão da autorização de Utilização, condicionada à apresentação de certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do art. 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5 - REQ. N. 869/16, DATADO DE 25/05/2016 – PC N.º 137/16, DATADO DE 19/04/2016 – SONAERP- RETAIL PROPERTIES SA

322 - Presente pedido com o registo n.º 869/16, datado de 25/05/2016 relativo a obras de urbanização, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 137/16, com data de entrada

de 19/04/2016, apresentado por **SONAERP – RETAIL PROPERTIES, SA**, com o NIPC 501 913 246, com sede em Espido – Via Norte, Maia, a realizar no âmbito do processo de licenciamento de um edifício comercial com o n.º 110/16, aprovado em reunião de Câmara de 12/05/2016.

Presente informação técnica, datada de 31/05/2016, que atesta encontrarem-se os projetos relativos às obras de urbanização pretendidas devidamente elaborados e em condições de merecer deferimento.

Presente informação técnica, datada de 01/06/2016, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Presente minuta de contrato de obras de urbanização, elaborado nos termos do disposto no artigo 55º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR**, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a obras de urbanização, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 137/16, com data de entrada de 19/04/2016, apresentado por **SONAERP – RETAIL PROPERTIES, SA**, com o NIPC 501 913 246, com sede em Espido – Via Norte, Maia, a realizar no âmbito do processo de licenciamento de um edifício comercial com o n.º 110/16, aprovado em reunião de Câmara de 12/05/2016.

**Delibera**, igualmente, deferir a minuta de contrato de obras de urbanização anexa ao presente processo, cujo texto se transcreve:

#### ***“CONTRATO DE URBANIZAÇÃO***

*(Artigo 55º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro)*

*Entre:*

*CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE, detentora do NIPC 505 776 758, com sede na Praça Guilherme Stephens, 2430-522, Marinha Grande, freguesia e concelho da Marinha Grande, representada, nos termos gerais, pelo seu Presidente, Paulo Jorge Campos Vicente, que outorga em execução da deliberação tomada em reunião de Câmara havida a 12/05/2016, adiante designada por PRIMEIRA OUTORGANTE;*

*E*

*SONAERP – RETAIL PROPERTIES, SA, detentora do NIPC 501 913 246, com sede em Espido – Via Norte, Maia, representada pelos seus representantes legais, adiante designada por SEGUNDA OUTORGANTE;*

*CONSIDERANDO QUE,*

- a) A SEGUNDA OUTORGANTE solicitou, com o processo n.º 110/16, licença para construção de um edifício comercial no terreno composto pelo prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o número 7965, inscrito na Matriz Predial Urbana sob o artigo 5706-P, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande;*
- b) Por deliberação tomada em reunião de Câmara de 12 de maio de 2016, o processo referido na alínea anterior foi aprovado, com o condicionalismo de apresentação e aprovação de processo de obras de urbanização, relativo à requalificação das infraestruturas na rua Manuel Dinis Parreira e de pavimentação na rua da Marinha Grande e acessos ao parque de estacionamento da superfície comercial, bem como do estabelecimento do respetivo contrato de obras de urbanização;*
- c) A SEGUNDA OUTORGANTE apresentou, com o processo n.º 137/16, a 10 de maio de 2016, e em aditamento entregue a 25 de maio de 2016, a totalidade dos elementos relativos ao respetivo projeto de obras de urbanização, tendo este sido deferido, nos termos do disposto no artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, adiante designado como RJUE, em reunião de Câmara de 9 de junho de 2016;*

*Assim,*

*FOI AJUSTADO E RECIPROCAMENTE ACEITE, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 25.º DO RJUE, O CONTRATO DE URBANIZAÇÃO CONSTANTE DAS CLÁUSULAS SEGUINTE:*

*CLÁUSULA 1.ª*

- 1) A SEGUNDA OUTORGANTE submeteu a controlo prévio da PRIMEIRA OUTORGANTE a operação urbanística relativa à construção de um edifício comercial no terreno composto pelo prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o número 7965, inscrito na Matriz Predial Urbana sob o artigo 5706-P, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande;*
- 2) Esta operação urbanística pressupõe a realização de obras de urbanização, fora do prédio referido no número anterior e em espaço público, sujeitas à realização de contrato de urbanização;*

*CLÁUSULA 2.ª*

*O presente contrato é celebrado nos termos do n.º 3 do artigo 25.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro (RJUE), obrigando-se a SEGUNDA OUTORGANTE a proceder à execução das obras de urbanização, relativas à requalificação das infraestruturas na rua Manuel Dinis Parreira e de*

*pavimentação na rua da Marinha Grande e acessos ao parque de estacionamento da superfície comercial.*

*CLÁUSULA 3ª*

*As obras mencionadas na cláusula anterior são as constantes dos projetos específicos apresentados pelo requerimento n.º 609/16 e pelos aditamentos n.º 740/16 e 869/16, aprovados em reunião de Câmara de 9 de junho de 2016, que fazem parte integrante do processo de licença de obras de urbanização n.º 137/16, em nome da SEGUNDA OUTORGANTE.*

*CLÁUSULA 4ª*

- 1) O valor das obras a realizar é de 94.180,66 € (noventa e quatro mil, cento e oitenta euros e sessenta e seis cêntimos).*
- 2) O valor mencionado no número anterior é fixo e independente de quaisquer alterações que ocorram no decurso das obras objeto do presente contrato.*

*CLÁUSULA 5ª*

- 1) A SEGUNDA OUTORGANTE prestará caução para garantir a boa e regular execução das obras previstas no presente contrato.*
- 2) A caução prevista no número anterior, de valor correspondente ao valor previsto na cláusula n.º 4, nos termos do n.º 3 do artigo 54º do RJUE, poderá ser prestada, por acordo entre as partes, mediante depósito em dinheiro, garantia bancária ou seguro caução.*
- 3) A PRIMEIRA OUTORGANTE procederá, por solicitação da SEGUNDA OUTORGANTE, à redução e cancelamento da caução, nos termos do artigo 54º do RJUE.*

*CLÁUSULA 6ª*

- 1) As obras previstas no presente contrato deverão ser realizadas no prazo de três meses, a contar da data de emissão do respetivo alvará de licença de construção.*
- 2) O prazo referido no número anterior poderá ser alterado, por solicitação da SEGUNDA OUTORGANTE, nos termos do artigo 53º do RJUE.*

*CLÁUSULA 7ª*

- 1) A PRIMEIRA OUTORGANTE disporá dos poderes de fiscalização que legalmente lhe assistem, em matéria de realização das obras de urbanização, no que respeita à realização, pela SEGUNDA OUTORGANTE, das obras previstas no presente contrato.*
- 2) Sempre que em ação de fiscalização a PRIMEIRA OUTORGANTE detete que a realização das obras previstas no presente contrato não obedece aos projetos aprovados e às condições neles fixadas, pode ordenar à SEGUNDA OUTORGANTE que proceda à regularização da situação, fixando-lhe o prazo necessário.*
- 3) Sempre que se verifique uma situação de incumprimento, por parte da SEGUNDA OUTORGANTE, das obras a que se reporta o presente contrato, resultante, designadamente, de não acatamento de instruções dadas no âmbito do número anterior, suspensão não autorizada ou abandono injustificado das obras, a PRIMEIRA*

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 09/06/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 15

*OUTORGANTE pode promover, por conta da SEGUNDA OUTORGANTE, a realização das obras em causa.*

*4) Na situação prevista no número anterior, as despesas serão pagas por força da caução prestada, nos termos da cláusula 5.ª do presente contrato.*

*CLÁUSULA 8.ª*

*Às receções provisória e definitiva das obras previstas no presente contrato, aplicar-se-á o disposto no artigo 87.º do RJUE.”*

**Mais delibera informar o requerente do seguinte:**

**1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**

**2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.**

**3.- Deverá apresentar caução para a garantia da boa execução das obras de urbanização, nos termos do disposto no artigo 54 do RJUE, no valor de 94.180,66 € (noventa e quatro mil, cento e oitenta euros e sessenta e seis cêntimos);**

**4.- Após conclusão dos trabalhos, deverão ser apresentadas as respetivas Telas Finais.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**6 - REQ. N. 902/16, DATADO DE 01/06/2016 – PC N.º 382/14, DATADO DE 30/10/2014 – SOLO E BETÃO - COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS PARA REVENDA E CONSTRUÇÃO CIVIL LDA**

323 - Presente processo de licenciamento referente à obra de “**construção de dois pavilhões destinados a indústria e muros de vedação**”, executado na rua Zeca Afonso, Comeira, na Freguesia e Concelho da Marinha Grande, no prédio descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 610 e inscrito na matriz predial urbana da Marinha Grande sob o n.º 1143, a que corresponde o processo de licenciamento n.º 382/14, de 30/10/2014, aprovado em reunião de Câmara de 11/12/2014, em nome de **SOLO E BETÃO - COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS PARA REVENDA E CONSTRUÇÃO CIVIL LDA**, com o NIPC 504583875, com sede na rua dos Fundadores, n.º 12, Picassinos, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Presente requerimento n.º 902/16, de 01/06/2016, pelo qual é solicitada a emissão de certidão comprovativa de que o edifício em causa, satisfaz os requisitos legais para a sua constituição em regime de Propriedade Horizontal, nos termos previstos no n.º 3 do art.



Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 09/06/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 15

66.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09. Presente parecer técnico dos serviços que atesta estarem preenchidos os requisitos legais necessários à sujeição do edifício ao Regime de Propriedade Horizontal.

**Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara delibera:**

**DEFERIR e mandar emitir a certidão requerida por SOLO E BETÃO - COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS PARA REVENDA E CONSTRUÇÃO CIVIL LDA, com o NIPC 504583875, com sede na rua dos Fundadores, n.º 12, Picassinos, freguesia e concelho da Marinha Grande, para que o edifício, a que se reporta o processo de licenciamento referente à obra de “construção de dois pavilhões destinados a indústria e muros de vedação”, executado na rua Zeca Afonso, Comeira, na Freguesia e Concelho da Marinha Grande, no prédio descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 610 e inscrito na matriz predial urbana da Marinha Grande sob o n.º 1143, a que corresponde o processo de licenciamento n.º 382/14, de 30/10/2014, aprovado em reunião de Câmara de 11/12/2014, possa ser submetido ao Regime de Propriedade Horizontal, nos termos previstos no art. 1414.º e seguintes do Código Civil.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**7 - REQ. N. 805/16, DATADO DE 17/05/2016 – PC N.º 122/16, DATADO DE 08/04/2016 – LINO GOMES PEDRO**

324 - Presentes requerimentos n.º 542/16 e n.º 805/16, registados em 2016/04/08 e 2016/05/17, respetivamente, do processo n.º 122/16, referente ao pedido de licenciamento (legalização) das obras construção de moradia e anexo, erigidos no prédio sito na Travessa Carlos Jesus Vareda, n.º 16, lugar de Picassinos, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz rústica sob o artigo n.º 1569 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 809, apresentado por LINO GOMES PEDRO, com o NIF 129681962, residente na Travessa Carlos Jesus Vareda, n.º 16, lugar de Picassinos, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico datado de 2016/05/30, que refere que o projeto de arquitetura não se encontra apto a ser aprovado.

**Após análise do projeto de arquitetura apresentado pelos requerimentos n.º 542/16 e n.º 805/16, registados em 2016/04/08 e 2016/05/17, respetivamente, do processo n.º 122/16, referente ao pedido de licenciamento (legalização) das obras construção de moradia e anexo, erigidos no prédio sito na Travessa Carlos Jesus Vareda, n.º 16, lugar de Picassinos, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz rústica sob o artigo n.º 1569 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 809, apresentado por Lino Gomes Pedro, com o NIF 129681962, residente na Travessa**

Carlos Jesus Vareda, n.º 16, lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, bem como o parecer técnico de 2016/05/30, a Câmara Municipal delibera notificar o requerente, nos termos do artigo 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo - CPA, para se pronunciar em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, nos termos da alínea a) do n.º 1 e do n.º 5 do artigo 24.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, por o mesmo violar norma regulamentar aplicável, nomeadamente, artigo 73.º do Regulamento Geral das Edificações Urbanas - RGEU, por a janela do quarto tardoz distar menos de 3 m da extrema do terreno, não assegurar espaços e equipamentos acessíveis conforme Decreto-Lei n.º 163/2006, de 08/08, e por o prédio não confinar com arruamento público, conforme descrição constante da certidão da Conservatória do Registo Predial.

Delibera ainda informar do seguinte:

- 1- Relativamente aos elementos descritos no ofício n.º 455/16, datado de 2016/05/02, rececionado em 03/05/2016, persiste em falta a Ficha de Segurança Contra Incêndios.
- 2- Embora o interessado formalize o pedido de legalização, conforme descrito na Memória Descritiva e Justificativa – MDJ, (página 1), ao abrigo do artigo 102-A do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, por meio de justificativa por o projeto não assegurar normas legais e regulamentares aplicáveis, não indica a data da construção da moradia ou data da adaptação de edificação para uso habitacional, pelo que não estão reunidas as condições para que se possa verificar estarem cumpridas as condições técnicas vigentes à data da realização da operação urbanística em questão, conforme n.º 5 do artigo 102-a do RJUE.
- 3- Não é prestado qualquer esclarecimento/justificação para a apresentação da cópia da Certidão do - Serviço de Finanças da Marinha Grande, respeitante ao ano de inscrição na base de dados do IMI do artigo urbano n.º 10823.
- 4- A descrição constante na página 2 da MDJ, refere que a propriedade confronta a nascente com a Rua António Batista Sobrinho.  
O topónimo descrito - Rua António Batista Sobrinho - não integra a toponímia do Município da Marinha Grande e, consequentemente, não está atribuído a nenhum dos seus arruamentos.
- 5- Os processos de licenciamento de construção de muros – PC n.º 2/94 e PC n.º 3128/94, descritos na página 1 da MDJ, não correspondem à localização do muro existente confinante com espaço público.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

8 - REQ. N. 904/16, DATADO DE 01/06/2016 – PC N.º 208/16, DATADO DE 01/06/2016 – ALBINO PINHEIRO LEAL

325 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 904/16, datado de 01/06/2016, apresentado por **ALBINO PINHEIRO LEAL**, com o NIF 159861365, com morada em Rua António Vitorino, n.º 5, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito em Rua António Vitorino, n.º 5, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, cuja construção foi licenciada no âmbito dos processos n.º 282/1977 e n.º 460/1998, titulada pelos alvarás de construção n.º 461, emitido em 09/03/1977 e n.º 18/99, emitido em 08/01/1999, respetivamente.

Presente parecer técnico datado de 01/06/2016, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista na alínea a) do n.º2 do artigo 64.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09.

**A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do n.º 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua António Vitorino, n.º 5, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, propriedade de ALBINO PINHEIRO LEAL, com o NIF 159861365, com morada em Rua António Vitorino, n.º 5, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:**

- 1) Membros suplentes**  
**Engenheiro Rui Vicente**  
**Arquiteto Alexandre Fava**  
**Fiscal Nuno Fernandes**
- 2) Membros efetivos**  
**Engenheira Cristina Silva**  
**Arquiteto Ricardo Santos**  
**Fiscal Carlos Duarte**

**Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**9 - REQ. N. 879/16, DATADO DE 01/06/2016 – PC N.º 75/15, DATADO DE 18/03/2015 – PORTUMOLDE - MOLDES PORTUGUESES, LDA.**

326 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 879/16, datado de 01/06/2016, subscrito por **PORTUMOLDE - MOLDES PORTUGUESES, LDA.**, com o NIPC 500727236, com sede em Estrada da Nazaré, n.º 222, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício objeto de legalização no âmbito do processo n.º 75/15 e titulada pelo alvará de obras de legalização n.º 5/16, emitido em 29/01/2016.

Presente parecer técnico datado de 01/06/2016, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

**A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Estrada da Nazaré, n.º 222, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de PORTUMOLDE - MOLDES PORTUGUESES, LDA., com o NIPC 500727236, com sede em Estrada da Nazaré, n.º 222, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:**

- 1) Membros efetivos**  
Engenheiro Rui Vicente  
Arquiteto Alexandre Fava  
Fiscal Nuno Fernandes
- 2) Membros suplentes**  
Engenheira Cristina Silva  
Arquiteto Ricardo Santos  
Fiscal Carlos Duarte

**Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**10 - REQ. N. 2150/08, DATADO DE 15/07/2008 – PC N.º 479/07, DATADO DE 24/07/2007 – MARIA SALOMÉ LUZ LOPES NEVES SERRANO, JOSÉ MATEUS ÓRFÃO, JÚLIA DE JESUS BRÍGIDA E JOAQUIM LUÍS DAS NEVES VIEIRA PEREIRA**

327 - Presente processo camarário n.º 479/07, registado em 2007/07/24, refere-se ao pedido de **licenciamento de obra de construção de bloco habitacional e muros de vedação** proposto para o prédio localizado na Rua de Diu, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 13366 e na matriz predial urbano sob artigo omissio, apresentado por **MARIA SALOMÉ LUZ LOPES NEVES SERRANO**, com o NIF 133258424, com residência em Casal do Guerra, Lote 2, freguesia e concelho de Leiria, **JOSÉ MATEUS ÓRFÃO**, com o NIF 129604372, com residência em Rua São Vicente, n.º 7, Caranguejeira, Freguesia de Caranguejeira e concelho de Leiria, **JÚLIA DE JESUS BRÍGIDA**, com o NIF 129604364, com residência em Rua São Vicente, n.º 7, Caranguejeira, Freguesia de Caranguejeira e concelho de Leiria, **JOAQUIM LUÍS DAS NEVES VIEIRA PEREIRA**, com o NIF 117868078, com residência na Av. Marquês de Pombal, n.º 15 r/ch d.to, freguesia e concelho de Leiria, tendo o projeto de arquitetura sido aprovado por deliberação camarária tomada na reunião de 2008/08/21.

Presente deliberação camarária datada de 2016/04/14, pela qual foi concedido aos requerentes, em sede de audiência prévia, nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo, o prazo de 15 dias para se pronunciar sobre a intenção da Câmara Municipal declarar a caducidade do ato que aprovou o projeto de arquitetura para a realização da referida operação urbanística.

Presente parecer técnico datado de 2016/05/23, referindo que se encontra ultrapassado o prazo concedido ao requerente, sem que esta tenha apresentado quaisquer alegações subjacentes à referida intenção.

**A Câmara Municipal analisou a pretensão, bem como o parecer técnico que sobre ela recaiu, datado de 2016/05/23, e tendo verificado que depois de devidamente notificada em sede de audiência prévia, os requerentes nada alegaram em relação à referida intenção, e:**

Considerando que os interessados, **MARIA SALOMÉ LUZ LOPES NEVES SERRANO**, com o NIF 133258424, com residência em Casal do Guerra, Lote 2, freguesia e concelho de Leiria, **JOSÉ MATEUS ÓRFÃO**, com o NIF 129604372, com residência em Rua São Vicente, n.º 7, Caranguejeira, Freguesia de Caranguejeira e concelho de Leiria, **JÚLIA DE JESUS BRÍGIDA**, com o NIF 129604364, com residência em Rua São Vicente, n.º 7, Caranguejeira, Freguesia de Caranguejeira e concelho de Leiria, **JOAQUIM LUÍS DAS NEVES VIEIRA PEREIRA**, com o NIF 117868078, com residência na Av. Marquês de Pombal, n.º 15 r/ch d.to, freguesia e concelho de Leiria solicitaram **o licenciamento da obra de construção de bloco habitacional e muros de vedação** a que foi atribuído o número de processo 479/07, registado em 2007/07/24, para o prédio sito na Rua de Diu, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 13366 e na matriz predial urbano sob artigo omissio;

Considerando que a Câmara deliberou aprovar o respetivo projeto de arquitetura em 2008/08/21;

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
09/06/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 15

Considerando que os requerentes deviam ter apresentado os projetos das especialidades no prazo de seis meses a contar da notificação da deliberação camarária que aprovou o projeto de arquitetura, ou seja em 2009/03/10 e que não o fez, nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE;

Considerando que a falta de apresentação dos projetos das especialidades, no prazo referido, no anterior parágrafo, implica a suspensão do processo de licenciamento pelo período máximo de seis meses, ou seja até 2009/09/10, de acordo com o n.º 6 do citado artigo 20.º do RJUE;

Considerando que nesta data já decorreram os seis meses de suspensão, e que por esse facto estão reunidas as condições para ser declarada a caducidade da deliberação que aprovou o projeto de arquitetura, conforme o disposto no n.º 6 artigo 20.º do RJUE;

**Delibera, ao abrigo do n.º 6 do artigo 20.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, DECLARAR A CADUCIDADE do ato que aprovou o projeto de arquitetura relativo ao pedido de licenciamento da obra de construção de bloco habitacional e muros de vedação por terem decorridos os prazos previstos no referido regime jurídico, para que a requerente apresentasse os respetivos projetos das especialidades.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**11 - REQ. N. 24/11, DATADO DE 05/01/2011 – PC N.º 200/08, DATADO DE 20/05/2008 – DAVID MIGUEL CARDEIRA DUARTE**

328 - Presente processo de licenciamento com o n.º 200/08, respeitante à construção de uma moradia, a executar num prédio sito na rua 23 de outubro, freguesia da Moita, concelho da Marinha Grande, em nome de David Miguel Cardeira Duarte, com o NIF 205062598, residente na estrada da Nazaré, n.º 60, freguesia da Moita, concelho da Marinha Grande, que se encontra parado há mais de 6 meses, por causa imputável ao interessado.

Considerando que:

- Foi requerida, através do requerimento com o n.º 24/11, a emissão do alvará de licença de construção de uma moradia, a executar num prédio sito na rua 23 de outubro, freguesia da Moita, concelho da Marinha Grande, cujo número de processo de licenciamento é o 200/08;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 09/06/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 15

- Em 12-12-2012, David Miguel Cardeira Duarte, titular do mencionado processo, recebeu o ofício n.º 1062/12, de 06-12-2012, em que lhe foi comunicado que o alvará em causa podia ser levantado até ao final desse ano e que, caso não estivesse interessado em fazê-lo, devia informar a Câmara Municipal desse facto;

- Desde então, e até à presente data, nada fez, nem nada disse e por esse motivo o processo encontra-se parado há mais de seis meses, por causa imputável ao interessado;

**A Câmara Municipal tendo a intenção de declarar deserto, ao abrigo do n.º 1 do artigo 132.º do Código do Procedimento Administrativo, o procedimento de licenciamento n.º 200/08 de uma moradia, a executar num prédio sito na rua 23 de outubro, freguesia da Moita, concelho da Marinha Grande, em nome de David Miguel Cardeira Duarte, com o NIF 205062598, residente na estrada da Nazaré, n.º 60, freguesia da Moita, concelho da Marinha Grande, por o mesmo se encontrar parado desde 12-12-2012, ou seja há mais de 6 meses, sem que o mesmo tenha efetuado, desde essa data até ao presente, qualquer diligência, quer para proceder ao levantamento do respetivo alvará, quer para comunicar a desistência do processo, delibera, ao abrigo dos artigos 121.º e 122.º, ambos do Código do Procedimento Administrativo, notificar o interessado para que, no prazo de 10 dias, contados da data da sua notificação, se pronuncie, por escrito, em sede de audiência prévia, sobre aquela intenção.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**12 - REQ. N. 1294/11, DATADO DE 28/06/2011 – PC N.º 699/06, DATADO DE 20/11/2006 – RODRIGUES E RIBEIRO, LDA**

329 - Presente processo de licenciamento com o n.º 699/2006, respeitante à construção de uma moradia unifamiliar e muros, a executar num prédio sito na rua Serenata Marinhense, lote 16, lugar da Comeira, freguesia e concelho da Marinha Grande, em nome de Rodrigues e Ribeiro, Lda, com o NIPC 500775478 e sede na Avenida 11 de Julho, n.º 1154, Memória, Leiria, que se encontra parado há mais de 6 meses, por causa imputável à interessada.

Considerando que:

- Em 28-06-2011, através do requerimento com o n.º 1294/11, Rodrigues e Ribeiro, Lda, titular do mencionado processo, requereu a emissão do alvará de licença de construção de uma moradia e muros, a executar num prédio sito na rua Serenata Marinhense, lote 16, lugar da Comeira, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo número de processo de licenciamento é o 699/06;

- Em 11-12-2012, a sociedade acima referida recebeu o ofício com o n.º 1083/12, de 07-12-2012, em que lhe foi comunicado que o alvará em causa podia ser levantado até ao final

desse ano e que, caso não estivesse interessada em fazê-lo, devia informar a Câmara Municipal desse facto;

- Desde então, e até à presente data, nada fez, nem nada disse e por esse motivo o processo encontra-se parado há mais de seis meses, ou seja por causa imputável à interessada;

**A Câmara Municipal tendo a intenção de declarar deserto, ao abrigo do n.º 1 do artigo 132.º do Código do Procedimento Administrativo, o procedimento de licenciamento n.º 699/06, de uma moradia e muros, a executar num prédio sito na rua Serenata Marinhense, lote 16, lugar da Comeira, freguesia e concelho da Marinha Grande, em nome de Rodrigues e Ribeiro, Lda, com o NIPC 500775478 e sede na Avenida 11 de Julho, n.º 1154, Memória, Leiria, por o mesmo se encontrar parado desde 11-12-2012, ou seja há mais de 6 meses, sem que a mesma tenha efetuado, desde essa data até ao presente, qualquer diligência, quer para proceder ao levantamento do respetivo alvará, quer para comunicar a desistência do processo, delibera, ao abrigo dos artigos 121.º e 122.º, ambos do Código do Procedimento Administrativo, notificar a titular do processo para que, no prazo de 10 dias, contados da data da sua notificação, se pronuncie, por escrito, em sede de audiência prévia, sobre aquela intenção.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**13 - REQ. N. 2595/11, DATADO DE 28/12/2011 – PC N.º 67/11, DATADO DE 01/03/2011 – TERTÚLIA SINGULAR, LDA**

330 - Presente processo de licenciamento com o n.º 67/11, respeitante a alterações no interior de edifício destinado a estabelecimento de restauração e bebidas, sito na rua Pereira Crespo, n.º 10, freguesia e concelho da Marinha Grande, em nome de Tertúlia Singular, Lda, com o NIPC 509548776 e sede na rua Augusto Torneira, n.º 25, 1.º F, Ordem, freguesia e concelho da Marinha Grande, que se encontra parado há mais de 6 meses, por causa imputável à interessada.

Considerando que:

- Em 28-12-2011, através do requerimento n.º 2595/11, Tertúlia Singular, Lda, titular do mencionado processo, requereu a emissão do alvará de licença de construção para execução de obras de alteração num edifício destinado a estabelecimento de restauração e bebidas, sito na rua Pereira Crespo, n.º 10, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo número de processo de licenciamento é o 67/11;

- Em 09-01-2013, a referida sociedade recebeu o ofício com o n.º 1065/12, de 06-12-2012, em que lhe foi comunicado que o alvará em causa podia ser levantado até ao final desse ano e



que, caso não estivesse interessada em fazê-lo, devia informar a Câmara Municipal desse facto;

- Ainda que tenha apenas recebido o referido ofício em 2013, após a data em que o deveria levantar, a interessada desde então e até ao presente nada fez, nem nada disse e, por esse motivo, o processo encontra-se parado há mais de seis meses, por causa imputável à mesma;

**A Câmara Municipal tendo a intenção de declarar deserto, ao abrigo do n.º 1 do artigo 132.º do Código do Procedimento Administrativo, o procedimento de licenciamento n.º 67/11, respeitante a alterações de um edifício destinado a estabelecimento de restauração e bebidas, localizado na rua Pereira Crespo, n.º 10, freguesia e concelho da Marinha Grande, em nome de Tertúlia Singular, Lda, com o NIPC 509548776 e sede na rua Augusto Torneira, n.º 25, 1.º F, Ordem, freguesia e concelho da Marinha Grande, por o mesmo se encontrar parado desde 09-01-2013, ou seja há mais de 6 meses, sem que a mesma tenha efetuado, até hoje, qualquer diligência, quer para proceder ao levantamento do respetivo alvará, quer para comunicar a desistência do processo, delibera, ao abrigo dos artigos 121.º e 122.º, ambos do Código do Procedimento Administrativo, notificar a titular do processo para que, no prazo de 10 dias, contados da data da sua notificação, se pronuncie, por escrito, em sede de audiência prévia, sobre aquela intenção.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**14 - REQ. N. 414/16, DATADO DE 17/03/2016 – PC N.º 107/2016, DATADO DE 17/03/2016  
– DOMINGOS MORGANIÇA RIGUEIRA MARQUES**

331 - Presente requerimento com o registo de entrada n.º 414/16, datado de 17/03/2016, apresentado por Domingos Morganiça Regueira Marques, a solicitar a emissão de certidão comprovativa de que o edifício sito na Rua Alves Redol n.º 7, Praia da Vieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, possui a licença de utilização n.º 106, emitida em 09 de dezembro de 1985.

Presente cópia de uma mensagem de correio eletrónico, datada de 04-05-2016, da Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande, mencionando a necessidade de a Câmara Municipal da Marinha Grande autorizar o cancelamento das cláusulas constantes do alvará de venda do “lote” de terreno, onde se encontra implantado o edifício acima referido, emitido em 17-01-1977, sob pena de as mesmas passarem a constar do registo do prédio e impedirem futuras alienações.

Presente parecer técnico, datado de 20 de maio de 2016, sobre o assunto.

Considerando que:

1. Na deliberação constante da ata n.º 14 da reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande, realizada em 9 de julho de 1968, foi determinada a constituição de 30 “lotes” de terreno na Praia da Vieira, sendo aí referido que seria desejo da Câmara Municipal que os “lotes” em questão “fossem exclusivamente destinados aos naturais ou residentes há muitos anos naquela Praia, de modo a permitir uma melhoria das condições de habitação daquela gente com toas as vantagens para a urbanização local, procurando-se assim acabar com o maior número possível das velhas barracas de madeira” onde viviam famílias sem o mínimo de condições de higiene;
2. Em reunião de 26 de outubro de 1976, a Comissão Administrativa do Concelho da Marinha Grande procedeu à criação de mais nove “lotes” de terreno, designados pelos números 59 a 67, inclusivé;
3. Nessa reunião ficaram definidas as condições gerais de venda dos mesmos;
4. De entre as condições impostas, ficou previsto que, nos “lotes” 59, 60, 61, 62, 63 e 64, apenas poderiam ser construídas moradias unifamiliares de dois pisos, geminadas, unifamiliares e que a área estipulada para construção de anexos não poderia exceder 5% da área total do “lote”;
5. A deliberação em apreço excecionou dos condicionalismos, previstos no número anterior, “os casos particulares devidamente apresentados à consideração” daquela Comissão Administrativa;
6. Por deliberação tomada na reunião de 28/12/1976, o “lote” n.º 62 foi adjudicado a Domingos Morganiça Regueira Marques, tendo sido emitido o alvará de venda, datado de 17/01/1977, cujas cláusulas correspondem às condições gerais impostas na referida reunião de 26/10/1976;
7. Para o local, o adquirente apresentou um projeto para construção de uma edificação destinada a habitação, na qual previa a construção de edifício de dois pisos, com dois fogos, a que correspondem os processos camarários n.º 843 de 1979 e n.º 764 de 1981.
8. A Câmara Municipal, em reunião de 17/07/1979, aprovou a construção solicitada, com alterações licenciadas em 02/06/1981, tendo sido emitido o alvará de licença de utilização n.º 106, datado de 09/12/1985, para um edifício com dois fogos;
9. A Câmara Municipal aceitou e aprovou a construção, no lote em apreço, de uma moradia de dois fogos, ficando a situação enquadrada nos “casos particulares”, previstos na cláusula primeira do alvará de venda de 17/01/1977;
10. A emissão do alvará de licença de utilização, para a dita moradia, comprova o cumprimento das cláusulas segunda e terceira que determinavam a reversão do lote, caso a obra não fosse iniciada dentro do prazo de seis meses, contados da data do respetivo alvará, ou não estivesse concluída um ano depois do início dos trabalhos;
11. O teor do ofício n.º 3998, datado de 28/09/1981, constante do processo administrativo n.º 62 de 1981, que condicionava a emissão da licença de utilização à substituição da calçada do passeio e a posterior emissão do alvará comprovam o cumprimento da cláusula quarta que obrigava o comprador do “lote” a construir o passeio em frente ao mesmo ou em todo o perímetro confinante com a rua ou ruas contíguas;

12. A venda dos “lotes” destinou-se a criar melhores condições de habitabilidade da população da Praia da Vieira que, em muitos casos, vivia em barracas de madeira – cfr. ata n.º 14 da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada em 09/07/1968;
13. A constituição e venda dessas parcelas de terreno assumiram, essencialmente, um cariz social, ao contribuir para a melhoria de condições de vida da população daquele lugar;
14. A cláusula quinta do citado alvará determina que o “terreno não poderá ser alienado pelo comprador, salvo quando em casos de força maior, devidamente justificados e a Câmara Municipal conceda autorização”;
15. Esta condição pretendeu evitar que os “lotes” fossem destinados a um outro fim, que não o que motivou a venda por parte da Câmara Municipal, nomeadamente a especulação imobiliária;
16. No caso em apreço o prédio permaneceu na propriedade do adquirente inicial desde 1976, até à presente data, e este cumpriu a finalidade para a qual o mesmo foi vendido, ou seja, a construção de uma moradia;
17. Durante cerca de 40 anos o proprietário manteve o prédio em causa no seu património;
18. Volvidos todos estes anos não faz sentido que esta Câmara Municipal subtraía o referido bem ao comércio jurídico, que a manutenção da dita cláusula determinaria;
19. Não foi possível apurar se, à data da venda do “lote” existiam árvores e se, no caso de existirem, foi necessário abatê-las para proceder à construção da moradia, uma vez que a mesma ocupa, praticamente, toda a área do prédio;
20. Na atualidade, de acordo com informação dos serviços de fiscalização datada de 07-06-2016, não existe qualquer árvore no “lote” em apreço;
21. Pelos motivos expostos nos antecedentes pontos 19 e 20, a cláusula sexta, que determinava que o arvoredado existente no “lote” era propriedade desta Câmara Municipal e que só poderiam ser abatidas as árvores indispensáveis ao assentamento da construção, depois de prévia autorização, dá-se por cumprida;

**A Câmara Municipal delibera autorizar o cancelamento das cláusulas, que aqui se dão por integralmente reproduzidas, constantes do alvará de venda emitido em 17/01/1977, relativo a uma parcela de terreno com a área de 414 m2, inscrita na respetiva matriz sob o n.º 3097, a desanexar do prédio descrito sob o n.º 71983, a folhas 196 do livro B-196, por considerar que:**

- A primeira, segunda e terceira se encontram cumpridas, desde a data da emissão do alvará de licença de utilização n.º 106, datado de 09/12/1985, em nome de Domingos Morganiça Regueira Marques, para o edifício, construído no referido terreno, sito na Rua Alves Redol, n.º 7, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande;
- A manutenção da cláusula quinta impede que o dito prédio possa, de futuro, vir a ser alienado, circunstância que atualmente não faz sentido, cumprido que foi o objetivo inicial para o qual o mesmo foi vendido, pelo que a mesma é revogada, ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 do artigo 169.º, n.ºs 1 e 3 do artigo 170.º, ambos do Código do Procedimento

**Administrativo, produzindo esta revogação, nos termos do n.º 1 do artigo 171.º do mesmo Código, efeitos para o futuro;**

**- Não existe, na atualidade, qualquer árvore no prédio, pelo que a finalidade a que se destinava a cláusula sexta se tornou inútil;**

**Mais delibera mandar emitir certidão da presente deliberação, de modo a que o proprietário do citado prédio possa proceder ao registo do mesmo, livre de quaisquer ônus.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**15 - APROVAÇÃO FASE 1 DO PROJETO DE EXECUÇÃO DA “REDE DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS DE PICASSINOS, PEDRULHEIRA E TOJEIRA”**

332 - Presente Informação n.º CJM-17/2016, da Divisão de Ordenamento do Território, datada de 6 de Junho de 2016, que se dá por integralmente reproduzida e fica anexa, propondo a aprovação da FASE 1 do projeto de execução da “Rede de saneamento de águas residuais domésticas de Picassinos, Pedrulheira e Tojeira”, realizados pela Empresa “C. T. G. A. - Centro Tecnológico de Gestão Ambiental, Lda.”.

Refere-se o presente projeto à execução da Fase 1 da Rede de Saneamento doméstico de Picassinos, Pedrulheira e Tojeira, na Freguesia e Concelho da Marinha Grande.

A solução preconizada prevê uma configuração da rede de saneamento que permita a execução da obra em várias fases, em que as infraestruturas possam entrar em funcionamento imediatamente após a sua execução, em fases autónomas e independentes. Sendo assim, identificam-se as diversas sub-bacias de drenagem afetas a cada fase, sendo que, a FASE 1 integra os coletores das sub-bacias A, B e C.

O presente projeto de execução contempla os elementos descritos nos artigos 6º, 7º, 142º e 143º do Código de Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, assim como o estipulado na portaria n.º 701-H/2008 de 29 de Julho e outras normas técnicas e legislação em vigor.

**Deste modo, a Câmara Municipal analisou a informação anexa e todos os elementos apresentados, e delibera aprovar o projeto de execução da Fase 1 da Rede de Saneamento doméstico de Picassinos, Pedrulheira e Tojeira, na Freguesia e Concelho da Marinha Grande.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**16 - APROVAÇÃO FASE 2 DO PROJETO DE EXECUÇÃO DA “REDE DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS DE PICASSINOS, PEDRULHEIRA E TOJEIRA”**

333 - Presente Informação n.º CJM-18/2016, da Divisão de Ordenamento do Território, datada de 6 de Junho de 2016, que se dá por integralmente reproduzida e fica anexa, propondo a aprovação da FASE 2 do projeto de execução da “Rede de saneamento de águas residuais domésticas de Picassinos, Pedrulheira e Tojeira”, realizados pela Empresa “C. T. G. A. - Centro Tecnológico de Gestão Ambiental, Lda.”.

Refere-se o presente projeto à execução da Fase 2 da Rede de Saneamento doméstico de Picassinos, Pedrulheira e Tojeira, na Freguesia e Concelho da Marinha Grande.

A solução preconizada prevê uma configuração da rede de saneamento que permita a execução da obra em várias fases, em que as infraestruturas possam entrar em funcionamento imediatamente após a sua execução, em fases autónomas e independentes. Sendo assim, identificam-se as diversas sub-bacias de drenagem afetadas a cada fase, sendo que, a FASE 2 integra os coletores das sub-bacias D e E.

O presente projeto de execução contempla os elementos descritos nos artigos 6º, 7º, 142º e 143º do Código de Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, assim como o estipulado na portaria n.º 701-H/2008 de 29 de Julho e outras normas técnicas e legislação em vigor.

**Deste modo, a Câmara Municipal analisou a informação anexa e todos os elementos apresentados, e delibera aprovar o projeto de execução da Fase 2 da Rede de Saneamento doméstico de Picassinos, Pedrulheira e Tojeira, na Freguesia e Concelho da Marinha Grande.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**17 - APROVAÇÃO FASE 3 DO PROJETO DE EXECUÇÃO DA “REDE DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS DE PICASSINOS, PEDRULHEIRA E TOJEIRA”**

334 - Presente Informação n.º CJM-20/2016, da Divisão de Ordenamento do Território, datada de 6 de Junho de 2016, que se dá por integralmente reproduzida e fica anexa, propondo a aprovação da FASE 3 do projeto de execução da “Rede de saneamento de águas residuais domésticas de Picassinos, Pedrulheira e Tojeira”, realizados pela Empresa “C. T. G. A. - Centro Tecnológico de Gestão Ambiental, Lda.”.

Refere-se o presente projeto à execução da Fase 3 da Rede de Saneamento doméstico de Picassinos, Pedrulheira e Tojeira, na Freguesia e Concelho da Marinha Grande.

A solução preconizada prevê uma configuração da rede de saneamento que permita a execução da obra em várias fases, em que as infraestruturas possam entrar em funcionamento imediatamente após a sua execução, em fases autónomas e independentes. Sendo assim, identificam-se as diversas sub-bacias de drenagem afetadas a cada fase, sendo que, a FASE 3 integra os coletores das sub-bacias D e E.

O presente projeto de execução contempla os elementos descritos nos artigos 6º, 7º, 142º e 143º do Código de Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, assim como o estipulado na portaria n.º 701-H/2008 de 29 de Julho e outras normas técnicas e legislação em vigor.

**Deste modo, a Câmara Municipal analisou a informação anexa e todos os elementos apresentados, e delibera aprovar o projeto de execução da Fase 3 da Rede de Saneamento doméstico de Picassinos, Pedrulheira e Tojeira, na Freguesia e Concelho da Marinha Grande.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

#### **18 - APROVAÇÃO DA FASE 1 DO PROJETO DE EXECUÇÃO DA “REDE DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS DA AMIEIRA E CHARNECA DA AMIEIRA”**

335 - Presente Informação n.º CJM-21/2016, da Divisão de Ordenamento do Território, datada de 6 de Junho de 2016, que se dá por integralmente reproduzida e fica anexa, propondo a aprovação da FASE 1 do projeto de execução da “Rede de saneamento de águas residuais domésticas da Amieira e Charneca da Amieira”, realizados pela Empresa “C. T. G. A. - Centro Tecnológico de Gestão Ambiental, Lda.”.

Refere-se o presente projeto à execução da Fase 1 da Rede de Saneamento doméstico da Amieira e Charneca da Amieira, na Freguesia e Concelho da Marinha Grande.

A solução preconizada prevê uma configuração da rede de saneamento que permita a execução da obra em várias fases, em que as infraestruturas possam entrar em funcionamento imediatamente após a sua execução, em fases autónomas e independentes. Sendo assim, identificam-se as diversas sub-bacias de drenagem afetadas a cada fase, sendo que, a FASE 1 integra os coletores das sub-bacias A, B.

O presente projeto de execução contempla os elementos descritos nos artigos 6º, 7º, 142º e 143º do Código de Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, assim como o estipulado na portaria n.º 701-H/2008 de 29 de Julho e outras normas técnicas e legislação em vigor.

Deste modo, a Câmara Municipal analisou a informação anexa e todos os elementos apresentados, e delibera aprovar o projeto de execução da Fase 1 da “Rede de saneamento de águas residuais domésticas da Amieira e Charneca da Amieira”, na Freguesia e Concelho da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**19 - APROVAÇÃO DA FASE 2 DO PROJETO DE EXECUÇÃO DA “REDE DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS DA AMIEIRA E CHARNECA DA AMIEIRA”**

336 - Presente Informação n.º CJM-22/2016, da Divisão de Ordenamento do Território, datada de 6 de Junho de 2016, que se dá por integralmente reproduzida e fica anexa, propondo a aprovação da FASE 2 do projeto de execução da “Rede de saneamento de águas residuais domésticas da Amieira e Charneca da Amieira”, realizados pela Empresa “C. T. G. A. - Centro Tecnológico de Gestão Ambiental, Lda.”.

Refere-se o presente projeto à execução da Fase 2 da Rede de Saneamento doméstico da Amieira e Charneca da Amieira, na Freguesia e Concelho da Marinha Grande.

A solução preconizada prevê uma configuração da rede de saneamento que permita a execução da obra em várias fases, em que as infraestruturas possam entrar em funcionamento imediatamente após a sua execução, em fases autónomas e independentes. Sendo assim, identificam-se as diversas sub-bacias de drenagem afetas a cada fase, sendo que, a FASE 2 integra os coletores das sub-bacias E e F.

O presente projeto de execução contempla os elementos descritos nos artigos 6º, 7º, 142º e 143º do Código de Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, assim como o estipulado na portaria n.º 701-H/2008 de 29 de Julho e outras normas técnicas e legislação em vigor.

Deste modo, a Câmara Municipal analisou a informação anexa e todos os elementos apresentados, e delibera aprovar o projeto de execução da Fase 2 da “Rede de saneamento de águas residuais domésticas da Amieira e Charneca da Amieira”, na Freguesia e Concelho da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**20 - APROVAÇÃO DA FASE 3 DO PROJETO DE EXECUÇÃO DA “REDE DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS DA AMIEIRA E CHARNECA DA AMIEIRA”**

337 - Presente Informação n.º CJM-23/2016, da Divisão de Ordenamento do Território, datada de 6 de Junho de 2016, que se dá por integralmente reproduzida e fica anexa, propondo a aprovação da FASE 3 do projeto de execução da “Rede de saneamento de águas residuais domésticas da Amieira e Charneca da Amieira”, realizados pela Empresa “C. T. G. A. - Centro Tecnológico de Gestão Ambiental, Lda.”.

Refere-se o presente projeto à execução da Fase 3 da Rede de Saneamento doméstico da Amieira e Charneca da Amieira, na Freguesia e Concelho da Marinha Grande.

A solução preconizada prevê uma configuração da rede de saneamento que permita a execução da obra em várias fases, em que as infraestruturas possam entrar em funcionamento imediatamente após a sua execução, em fases autónomas e independentes. Sendo assim, identificam-se as diversas sub-bacias de drenagem afetadas a cada fase, sendo que, a FASE 3 integra o coletor da sub-bacia G.

O presente projeto de execução contempla os elementos descritos nos artigos 6º, 7º, 142º e 143º do Código de Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, assim como o estipulado na portaria n.º 701-H/2008 de 29 de Julho e outras normas técnicas e legislação em vigor.

**Deste modo, a Câmara Municipal analisou a informação anexa e todos os elementos apresentados, e delibera aprovar o projeto de execução da Fase 3 da “Rede de saneamento de águas residuais domésticas da Amieira e Charneca da Amieira”, na Freguesia e Concelho da Marinha Grande.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

#### **21 - APROVAÇÃO DA FASE 4 DO PROJETO DE EXECUÇÃO DA “REDE DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS DA AMIEIRA E CHARNECA DA AMIEIRA”**

338 - Presente Informação n.º CJM-24/2016, da Divisão de Ordenamento do Território, datada de 6 de Junho de 2016, que se dá por integralmente reproduzida e fica anexa, propondo a aprovação da FASE 4 do projeto de execução da “Rede de saneamento de águas residuais domésticas da Amieira e Charneca da Amieira”, realizados pela Empresa “C. T. G. A. - Centro Tecnológico de Gestão Ambiental, Lda.”.

Refere-se o presente projeto à execução da Fase 4 da Rede de Saneamento doméstico da Amieira e Charneca da Amieira, na Freguesia e Concelho da Marinha Grande.

A solução preconizada prevê uma configuração da rede de saneamento que permita a execução da obra em várias fases, em que as infraestruturas possam entrar em funcionamento imediatamente após a sua execução, em fases autónomas e independentes.



Sendo assim, identificam-se as diversas sub-bacias de drenagem afetadas a cada fase, sendo que, a FASE 4 integra o coletor da sub-bacia H.

O presente projeto de execução contempla os elementos descritos nos artigos 6º, 7º, 142º e 143º do Código de Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, assim como o estipulado na portaria n.º 701-H/2008 de 29 de Julho e outras normas técnicas e legislação em vigor.

**Deste modo, a Câmara Municipal analisou a informação anexa e todos os elementos apresentados, e delibera aprovar o projeto de execução da Fase 4 da “Rede de saneamento de águas residuais domésticas da Amieira e Charneca da Amieira”, na Freguesia e Concelho da Marinha Grande.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

## **22 - APROVAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DOS HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

Assunto discutido no início da reunião.

## **23 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS**

339 - A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Marinha Grande, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído entre os dias 24 a 26 de junho de 2016 para atividade festa dos Bombeiros destinada a angariação de fundos;
- Licença de instalação e funcionamento de Recintos improvisados;
- Autorização para realização de atividades de carácter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas;
- Licença de publicidade.

A MOHER – Associação para o Desenvolvimento de S. Pedro de Moel, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para realização de Concurso de Pesca nos dias 10 e 11 de junho, Torneio de Futebol de Praia nos dias 8, 9 e 10 de julho e jantares Convívio nos dias 6 e 14 de agosto;

O Clube Desportivo e Recreativo Amieira, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para realização dos Festejos Anuais – II parte, no dia 9 de junho;

Presentes informações nºs 30/LS, 32/LS de 27 de maio de 2016 e 33/LS de 06 de junho de 2016, fundamentadas de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea a) e b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as Juntas de Freguesia, as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

**Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea a) e b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente às atividades identificadas, isentar a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários a Marinha Grande, a MOHER – Associação para o Desenvolvimento de S. Pedro de Moel, ao Clube Desportivo e Recreativo Amieira do pagamento das taxas devidas pela emissão das licenças especiais de ruído, das autorizações para realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas, das licenças de instalação e funcionamento de Recintos improvisados e das licenças de publicidade.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

#### **24 - AUTORIZAÇÃO PARA PAGAMENTO DE TAXAS EM PRESTAÇÕES**

340 - Presente o requerimento:

-registo de entrada 26/2016 em nome de Pedro Miguel Hilário Queimadelas, em que solicita à Câmara Municipal o pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua nº 930 do Cemitério de Casal Galego, no valor de 1.000,00€, em 8 prestações mensais;

Nos termos do nº 1 do artigo 17.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal pode autorizar o pagamento em prestações das taxas nele previstas, mediante requerimento fundamentado e acompanhado dos elementos previstos no n.º 2 do citado artigo.

Presente informação nº 3/LS de 30 de maio de 2016, onde se confirma que o pedido está instruído e acompanhado dos elementos previstos no n.º 2 do artigo 17.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
09/06/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 15

**Assim, ao abrigo da competência prevista no nº 1 do artigo 17.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera autorizar a Pedro Miguel Hilário Queimadelas, o pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua nº 930 do Cemitério de Casal Galego, no valor de 1.000,00€, em 8 prestações mensais.**

**Mais delibera anular a guia de receita nº 27827/2/2015 de 7 de dezembro de 2015, no valor de 1.000,00€, em nome de Pedro Miguel Hilário Queimadelas, emitida na sequência da concessão a título perpétuo da sepultura nº 930, para que seja emitida a guia de receita referentes às prestações.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

#### **25 - VENDA AMBULANTE EM LOCAL FIXO NA PRAÇA AFONSO LOPES VIEIRA, SÃO PEDRO DE MOEL**

341 - Considerando que, através dos requerimentos E/2075/2016 e E/2241/2016, datados, respetivamente, de 1 e 7 de março de 2016, Carla Sofia Brito Nogueira Lírio veio requerer a aplicação do regime de exceção previsto no n.º 2 do artigo 20.º do Regulamento da Atividade de Comércio a Retalho Não Sedentária Exercida Por Feirantes e Vendedores Ambulantes ou, em alternativa, a criação de novo local e autorização para o exercício da venda ambulante na Praça Afonso Lopes Vieira, em São Pedro de Moel, Marinha Grande.

Considerando que relativamente à aplicação do regime de exceção, a Câmara Municipal, em 15 de outubro de 2015, indeferiu a pretensão da requerente por tratar-se de ocupação de espaço de venda não autorizada, excluída do regime excecional do n.º 2 do artigo 20.º do Regulamento, tendo a interessada sido notificada da decisão através do ofício s/3938/2015, de 22 de outubro de 2015;

Considerando que a requerente solicita em alternativa, a criação de um novo local fixo e autorização para o exercício da venda ambulante de artigos de artesanato e acessórios de moda na Praça Afonso Lopes Vieira, em São Pedro de Moel.

Considerando que o artigo 17.º do Regulamento da Atividade de Comércio a Retalho Não Sedentária Exercida Por Feirantes e Vendedores Ambulantes prevê que, desde que respeitadas as proibições previstas no artigo 22.º, a Câmara Municipal, ouvida a Associação Comercial e Industrial da Marinha Grande, pode autorizar o exercício da atividade de venda ambulante em novos locais fixos, públicos ou privados, devendo estabelecer as categorias de produtos a comercializar no local.

Considerando que, relativamente às restrições para a venda ambulante, o artigo 22.º do citado Regulamento, estabelece que não é permitido o exercício da venda ambulante:

a) Fora do espaço de venda e do horário autorizado;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 09/06/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 15

- b) Em locais que impeçam ou dificultem o acesso a monumentos e a edifícios ou instalações, públicos ou privados, bem como o acesso a exposição dos estabelecimentos comerciais;
- c) A menos de 200 m de estabelecimentos fixos com o mesmo ramo de comércio, com exceção dos locais de venda fixos com mobiliário instalado pela Câmara Municipal;
- d) Nos locais situados a menos de 200 m de periferia do mercado municipal;
- e) Nas estradas nacionais e municipais, inclusive nos troços dentro das povoações, quando impeçam ou dificultem o trânsito de veículos e peões;
- g) Quando impeça o acesso aos meios de transporte e às paragens dos respetivos veículos.

Deste modo, a fim de dar cumprimento à norma regulamentar, o processo foi remetido à apreciação da Associação Comercial e Industrial da Marinha Grande, que emitiu o parecer que a seguir se transcreve:

*“Relativamente ao pedido de parecer de venda ambulante em locais fixos dos requerentes Carla Sofia Brito Nogueira Lírio, vem esta Associação pronunciar-se nos termos do Regulamento Camarário em vigor:*

*A Direcção da ACIMG entende que, tendo em conta a antiguidade da atividade exercida pela empresária Carla Sofia Brito Nogueira Lírio, sempre no mesmo local fixo, consideramos legítimas as pretensões da requerente e não encontramos qualquer impedimento na autorização para o exercício das actividades em causa sob a forma de venda ambulante, na localidade de São Pedro de Muel.”*

Assim, ao abrigo do disposto no artigo 17.º, n.º 1 do Regulamento da Atividade de Comércio a Retalho Não Sedentária Exercida Por Feirantes e Vendedores Ambulantes, compete à Câmara Municipal, ouvida a Associação Comercial e Industrial da Marinha Grande, autorizar o exercício da atividade de venda ambulante em novos locais fixos, públicos ou privados, devendo para ao efeito estabelecer as categorias de produtos.

**Após a análise do pedido, compulsado o parecer emitido pela Associação Comercial e Industrial da Marinha Grande, a Câmara Municipal, ao abrigo da competência prevista no artigo 17.º, n.º 1 do Regulamento da Atividade de Comércio a Retalho Não Sedentária Exercida Por Feirantes e Vendedores Ambulantes apreciou e deliberou autorizar a Carla Sofia Brito Nogueira Lírio, o exercício da venda ambulante em local fixo, na área de 2 m2, na Praça Afonso Lopes Vieira, para a venda de acessórios de moda, artesanato e produtos similares.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**26 - ALTERAÇÃO DA TIPOLOGIA DE PRODUTOS DEFINIDA PARA O LOCAL FIXO NA PRAÇA AFONSO LOPES VIEIRA, SÃO PEDRO DE MOEL**

342 - Considerando que, através do requerimento E/9451/2015, Ricardo Miguel Barata Simões veio requerer que no local para venda ambulante em local fixo, na Praça Afonso Lopes Vieira, em São Pedro de Moel, Marinha Grande, atribuído através do Alvará de licença n.º 9/2015, seja autorizada, cumulativamente, a comercialização de frituras e castanhas assadas.

Considerando que o artigo 17.º do Regulamento da Atividade de Comércio a Retalho Não Sedentária Exercida Por Feirantes e Vendedores Ambulantes prevê que, desde que respeitadas as proibições previstas no artigo 22.º, a Câmara Municipal, ouvida a Associação Comercial e Industrial da Marinha Grande, pode autorizar o exercício da atividade de venda ambulante em novos locais fixos, públicos ou privados, devendo estabelecer as categorias de produtos a comercializar no local.

Considerando que o processo foi remetido à apreciação da Associação Comercial e Industrial da Marinha Grande, que emitiu o parecer que a seguir se transcreve:

*“Relativamente ao pedido de parecer de venda ambulante em locais fixos dos requerentes Ricardo Miguel Barata Simões, vem esta Associação pronunciar-se nos termos do Regulamento Camarário em vigor:*

*A Direcção da ACIMG entende que, tendo em conta a antiguidade da atividade exercida pelo empresário Ricardo Miguel Barata Simões, naquele local fixo, e salvaguardando todas as regras de higiene e segurança alimentar, não encontramos qualquer impedimento na autorização para o exercício das actividades em causa sob a forma de venda ambulante, na localidade de São Pedro de Muel.”*

**Após a análise do pedido, compulsado o parecer emitido pela Associação Comercial e Industrial da Marinha Grande, a Câmara Municipal, ao abrigo da competência prevista no artigo 17.º, n.º 1 do Regulamento da Atividade de Comércio a Retalho Não Sedentária Exercida Por Feirantes e Vendedores Ambulantes apreciou e deliberou autorizar a ocupação de espaço público em local fixo na Praça Afonso Lopes Vieira, em São Pedro de Moel, titulada pelo alvará de Licença 9/2015, para a venda ambulante de pipocas, frituras e castanhas assadas.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

#### **27 - EMPREITADA DE: REQUALIFICAÇÃO DA ESTRADA VIEIRA DE LEIRIA /PRAIA DA VIEIRA – CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2016 - ADJUDICAÇÃO**

343 - Presente processo de concurso para adjudicação da empreitada “Requalificação da estrada Vieira de Leiria /Praia da Vieira”, constituído por relatórios preliminar e final, propondo a adjudicação da empreitada ao concorrente CONTEC – Construção e Engenharia, SA, pelo valor de 793.042,63 € (setecentos e noventa e três mil, quarenta e dois euros e sessenta e três cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor e prazo de execução de 180 dias.

A Câmara Municipal, depois de analisar aqueles documentos e concordando com os fundamentos de facto e de direito dos mesmos, e tendo sido realizada audiência prévia, delibera adjudicar à proposta apresentada pelo concorrente CONTEC – Construção e Engenharia, SA, pelo valor de 793.042,63 € (setecentos e noventa e três mil, quarenta e dois euros e sessenta e três centimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor e prazo de execução de 180 dias, a empreitada de “Requalificação da estrada Vieira de Leiria /Praia da Vieira”, de acordo com os artigos 148.º, 73.º n.º 1 e 36.º, n.º 1, todos do Código dos Contratos Públicos, em conjugação com o artigo 18.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho e com o artigo 33.º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Mais delibera designar como diretor de fiscalização o Eng.º Luis Silva que será coadjuvado pela Eng.ª Edite Moniz nos termos do artigo 344.º, n.º2, do Código dos Contratos Públicos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

#### **28 - RECEÇÃO DEFINITIVA**

344 - Presente Auto de Recepção Definitiva da obra “Reformulação da Praceta Pinhal do Rei e do Troço final da EN 242-2 – Concurso Público n.º 02/2006 DIRM”, adjudicada por deliberação de Câmara, de vinte e cinco de janeiro de dois mil e sete, à empresa Lenaprédio, Ld.ª.

A Câmara Municipal, verificando pelo auto referido que a obra foi executada de acordo com as regras de arte e prescrições técnicas aplicáveis e de acordo com o contrato e as instruções dos Serviços de Fiscalização da Câmara, delibera receber definitivamente a obra antes enunciada, de acordo e para os efeitos do previsto nos art.ºs 227º e 229º do Dec-Lei nº 59/99 de 02 de Março.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

#### **29 - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS CAUSADOS EM VIATURA AUTOMÓVEL – REQUERENTE: DORA MARINA MORGADO DA SILVA – PROPRIETÁRIA DA VIATURA: SILVA GADOS, LDª. – RESPONSABILIDADE CIVIL – APRECIAÇÃO E DEFERIMENTO.**

345 - Presente requerimento apresentado em 16-02-2016 nesta Câmara Municipal, por Dora Marina Morgado da Silva, residente na Rua Montemor-o-Novo, Lote 74, n.º 59, 3.º Esqº Trás, Marinha Grande, no qual descreve os danos que sofreu na viatura automóvel Renault Megane, de matrícula 61-IB-68, por si conduzida, propriedade da sociedade Silva Gados, Ldª., quando no dia 6 de fevereiro de 2016, pelas 21H40, circulava na Rua D. João Pereira

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 09/06/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 15

Venâncio, junto ao cruzamento para as instalações do IMAGRAN, danos que imputa aos serviços municipais, ratificado pela sociedade Silva Gados, Lda., proprietária do veículo.

Presente participação do acidente da Polícia de Segurança Pública.

Presente informação da DISU-Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datada de 07-03-2016.

Presente Informação n.º 1/574/2016-FO, na qual se apreciam os factos invocados pelas requerentes e as provas produzidas, e se conclui pela verificação cumulativa dos pressupostos da responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas no domínio dos actos de gestão pública, devendo o município da Marinha Grande indemnizar a lesada proprietária do veículo, sociedade Silva Gados, Lda., pelos danos que provavelmente não teria sofrido se não fosse a lesão causada pelo evento.

**A Câmara Municipal apreciou e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes da citada informação n.º 1/574/2016 – FO, que aqui se dá por integralmente reproduzida e que fica anexa à ata (Anexo 1), delibera deferir o pedido de indemnização no valor de 384,82€ (trezentos e oitenta e quatro euros e oitenta e dois cêntimos), com IVA incluído, apresentado pela condutora Dora Marina Morgado da Silva e ratificado pela sociedade Silva Gados, Lda., titular do NIPC 503432482, com sede na Rua da Relvinha, n.º 11, Boa Vista, 2420-415 Leiria, em virtude de se mostrarem verificados todos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual dando-se, assim, por verificada a reconstituição da situação que existiria se não se tivesse verificado o evento que obrigou à reparação.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

### **30 - MODIFICAÇÃO AO ACORDO DE EXECUÇÃO CELEBRADO COM A FREGUESIA DE VIEIRA DE LEIRIA.**

346 - Em 11 de março de 2014, foi celebrado um Acordo de Execução com a freguesia de Vieira de Leiria, na sequência de aprovação pela Assembleia Municipal, de 28 de fevereiro de 2014.

Em 23 de fevereiro de 2016, a Junta de Freguesia de Vieira de Leiria comunicou que das cinco trabalhadoras afetas ao Acordo apenas prestam serviço efetivo uma trabalhadora a tempo integral e outra a tempo parcial, pelo que é requerida a adoção das medidas pertinentes.

Considerando que:

- a) Se encontram delegadas na freguesia de Vieira de Leiria as competências de gestão e manutenção de espaços verdes numa área de 20.637,68 metros quadrados;
- b) Se encontram delegada na freguesia de Vieira de Leiria a competência de limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros numa área total de 83,26 Km;
- c) Para a execução das competências delegadas foram disponibilizados meios financeiros e meios humanos (cláusulas 16.<sup>a</sup> a 18.<sup>a</sup>, do Acordo de Execução);
- d) A afetação de meios humanos não implicou que todas as despesas a estes inerentes fossem assumidas pela freguesia de Vieira de Leiria, mas antes que fossem suportadas pelo Município;
- e) A impossibilidade de prestação de trabalho efetivo por parte de 3 dos trabalhadores afetos é suscetível de afetar e impedir a plena execução das competências delegadas;
- f) As áreas de intervenção em causa – espaços verdes e espaço público – requerem uma intervenção permanente e cuidada, que salvguarde a sua fruição pelos munícipes e garanta as adequadas condições de salubridade e higiene urbana;
- g) A impossibilidade de prestação de trabalho efetivo por parte de 3 dos trabalhadores inicialmente afetos ao Acordo de Execução não é imputável à freguesia de Vieira de Leiria;
- h) A manutenção da situação atual é violadora do princípio da proporcionalidade e da continuidade dos serviços públicos, devendo por isso ser suprida em termos que mantenham o equilíbrio inicialmente fixado aquando da outorga do Acordo de Execução;
- i) O Município não dispõe atualmente de meios humanos que possa afetar à execução do Acordo de Execução, pelo que se revela inevitável a substituição dos meios humanos em falta (em número de três) pelo custo incorrido de forma a permitir à freguesia de Vieira de Leiria a prossecução das competências em apreço.

Presente informação, com referência 1/652/2016, de 16 de maio, na qual se apura o montante correspondente à afetação dos trabalhadores que não podem ser substituídos no montante anual de 30.921,36 euros.

Presente minuta de acordo modificativo do Acordo de Execução, que se dá por integralmente reproduzido e fica anexo (**Anexo 2**).

Tendo em conta que a modificação objetiva do Acordo de Execução é admissível, nos termos conjugados do artigo 120.º, n.º 2, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, e dos artigos 311.º, n.º 1, alínea a) e 312.º, alínea a), do Código dos Contratos Públicos;

Atendendo a que a celebração do acordo modificativo depende de autorização prévia da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 25.º, n.º 1, alínea k), do Regime Jurídico das Autarquias Locais;

**Assim, a Câmara Municipal, de acordo com o artigo 33.º, n.º 1, alínea m), para os efeitos do artigo 25.º, n.º 1, alínea k), ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera:**



- a) Aprovar a proposta de acordo modificativo do Acordo de Execução, celebrado com a Freguesia de Vieira de Leiria;
- b) Solicitar a autorização da Assembleia Municipal para a sua celebração.

Mais delibera reportar a produção de efeitos jurídicos da presente deliberação e bem assim da deliberação a adotar pela Assembleia Municipal ao dia útil seguinte ao da aprovação da próxima revisão dos instrumentos de gestão previsional de 2016.

A presente deliberação foi aprovada por unanimidade.

### **31 - CONTRATO DE EXPLORAÇÃO DE LOJA NO EDIFÍCIO DA RESINAGEM. ADENDA.**

347 - Presente requerimento apresentado por PoeirasGlass, Lda., pelo qual solicita a concessão de um período de carência da renda devida pela exploração de loja no Edifício da Resinagem proporcional ao volume de obras realizadas e ainda a redução do valor da renda, tendo em conta os elevados custos energéticos.

Presente contrato n.º 35/2014, de 2 de junho, celebrado com PoeirasGlass, Lda.

Considerando que a manutenção do Estúdio do Vidro, explorado pela empresa PoeirasGlass, Lda., tem um elevado interesse turístico e cultural, valoriza e complementa a oferta cultural disponibilizada pelos espaços museológicos existentes no local e constitui uma mais-valia indiscutível para a dinamização e revitalização do Centro Tradicional da Marinha Grande.

Considerando que, apesar de não ter sido atingido o limiar fixado no contrato, se justifica atender ao volume de investimento realizado pela empresa PoeirasGlass, Lda., concedendo-lhe o período de carência de três meses estipulado na cláusula 10.ª do contrato celebrado.

Considerando que, tendo em conta os preços atualmente praticados e os elevados custos diretos, designadamente de energia, suportados pela empresa PoeirasGlass, Lda., se revela justo e proporcional reduzir o valor da renda, fixando-o em 132,00 euros mensais, que absorve já a redução vigente por criação de um posto de trabalho.

Considerando que as alterações propostas visam garantir um elemento relevante na afirmação da identidade histórica da Marinha Grande e que se assumem, do mesmo modo, como uma parceria que visa o impulsionamento de uma atividade económica, com uma relevante dimensão cultural e turística, e simultaneamente contribuir para a dinamização do Centro Tradicional.

**Relativamente a este ponto verificaram-se as seguintes intervenções:**

**O Sr. Vereador Aurélio Ferreira** perguntou se as reduções na renda são aplicadas a todos os contraentes da Resinagem e pediu esclarecimentos sobre a loja nº 9. Frisou que a condução do processo respeitante a este estúdio desde o início que foi errado.

**O Sr. Vereador Vítor Pereira** disse que se trata de uma loja de interesse público e que a transformação da loja foi em benefício da *Arte Vidreira* e da preservação da nossa cultura. Concorde com a presente deliberação e a Câmara deve manter um contacto constante com o vidreiro em causa.

**O Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que acha bem o que é proposto. Disse ainda que tem que ser alterada a forma como se fazem as hastas públicas e mudar a lógica existente e encontrar uma melhor solução.

**A Sra. Vereadora Alexandra Dengucho** disse que a Câmara deve apoiar ainda mais o “Poeiras Glass”, pois este estúdio está a prestar um serviço público ao dar a conhecer a *Arte Vidreira*.

**O Sr. Vereador António Santos** disse que a Marinha Grande é conhecida por ser a terra do vidro e faz votos que o Sr. Poeiras tenha muita saúde para continuar a desenvolver a sua arte. Sugeriu que fosse melhorada a sinalética respeitante à loja.

**A Sra. Vereadora Cidália Ferreira** disse que deve ser dada atenção especial a este estúdio, uma vez que se trata da preservação da nossa cultura vidreira, e é um complemento ao Museu do Vidro, tal como o lapidário e o maçariqueiro cujo ofício também estamos a apoiar. Eles são a montra da nossa arte de trabalhar o vidro.

**O Sr. Presidente Paulo Vicente** disse que se trata de apoiar a nossa cultura e que faz questão de estar sempre presente nos eventos promovidos pela PoeirasGlass.

**Assim, a Câmara Municipal, de acordo com o artigo 33.º, n.º 1, alínea ee), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no âmbito do contrato n.º 35/2014, de 2 de junho e com os fundamentos acima expostos, delibera:**

- a) Conceder um período de carência de três meses, tendo em conta o volume de obras realizadas;
- b) Reduzir a renda mensal devida para cento e trinta e dois euros, que absorve a redução vigente pela criação de um posto de trabalho;
- c) Aprovar a minuta da adenda contratual a celebrar.

**A presente deliberação foi aprovada por unanimidade.**

**32 - ATRIBUIÇÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL A AGREGADO FAMILIAR RESIDENTE NA RUA DE S. PEDRO N.º 79 GUARDA NOVA, MARINHA GRANDE, POR FALTA DE CONDIÇÕES DE SEGURANÇA E SALUBRIDADE**

**Presente a seguinte proposta:**

“Presente informação n.º 682/2016 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – D.C.D.- datada de 19 de maio, a dar conta da necessidade de realojar o munícipe Fernando Amaral Tavares e sua companheira em habitação social, devido a risco eminente de colapso da cobertura da habitação onde residem atualmente e mencionada em epígrafe.

Considerando os autos de vistoria realizados pelos nossos serviços que atestam a falta de condições de higiene, segurança e de salubridade do fogo em causa.

Considerando a falta de condições económicas apontadas pelo proprietário do imóvel que não lhe permitam executar as obras enumeradas pela comissão de vistorias, à data, orçamentadas em 25 mil euros.

Considerando parecer interno da DOT, segundo o qual nos termos do artigo 91.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), se o proprietário não iniciar as obras que lhe forem determinadas nos termos do artigo 89.º ou não as concluir dentro dos prazos fixados, a Câmara pode tomar posse administrativa do imóvel para lhe dar execução imediata.

Considerando que tal não se veio a verificar até ao momento;

Considerando a existência de uma habitação social disponível e pronta a habitar, sita no Bairro Social do Camarnal;

Considerando o artigo 14.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro que determina que têm acesso à atribuição de habitações em regime de arrendamento apoiado, os indivíduos e os agregados familiares que se encontrem em situação de necessidade habitacional urgente e ou temporária decorrente de desastres naturais e calamidades ou de outras situações de **vulnerabilidade e emergência social e perigo físico** ou moral para as pessoas;

Considerando a tipologia do fogo que se encontra vago, designadamente um T1, localizado no Bairro do Camarnal (Novo) designadamente na Rua Adriano Marques Nobre n.º 105 e a dimensão deste agregado, constituído apenas pelo casal;

Considerando que se trata de uma habitação térrea, também ela adequada à condição do idoso que já apresenta bastantes limitações motoras;

Considerando que, no plano económico, o agregado familiar não dispõe de rendimento suficiente para fazer face ao pagamento de uma renda no mercado livre de arrendamento, atendendo aos valores praticados e aos gastos em medicação;

Considerando que com base nos rendimentos facultados e nos termos do artigo 21.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro o valor da renda aplicar é de 107,05€ (cento e sete euros).

Relativamente a este ponto verificaram-se as seguintes intervenções:

**O Sr. Vereador Vítor Pereira** disse que o regulamento é de difícil aplicação, dado que existem muitos casos problemáticos e de urgente resolução, semelhantes a este aqui presente.

**A Sra. Vereadora Cidália Ferreira** disse que se trata de um caso de grave emergência social, a casa está em vias de ruir.

**O Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que não podemos abrir precedentes, pois há imensa gente, infelizmente, em condições muito semelhantes ou piores e há muitas famílias com rendimentos muito abaixo do agregado que está aqui em causa.

**A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o artigo 21.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro com as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março, concordar com a atribuição da habitação social, sita na Rua Adriano Marques Nobre n.º 105, ao munícipe Fernando Amaral Tavares, contribuinte fiscal número 159 859 263, pelos motivos anteriormente enunciados.**

**Mais delibera que a renda, no valor de 107,05€ entre em vigor a partir do próximo mês de julho do corrente ano.**

**Esta deliberação foi tomada por \_\_\_\_\_.”**

**Este assunto foi retirado da ordem de trabalhos, a pedido do Sr. Presidente e por acordo de todos os Srs. Vereadores.**

**Devem os serviços técnicos da DCD contactar o requerente, bem como o proprietário da habitação em causa, no sentido de resolverem a questão, nomeadamente procurarem alternativa de habitação no mercado imobiliário existente.**

**A decisão de retirar o ponto foi tomada por unanimidade.**

**33 - CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES NO EDIFÍCIO DA IVIMA À ASSOCIAÇÃO ALZHEIMER PINHAL LITORAL PARA APOIO E DESENVOLVIMENTO DE TERAPIAS DIVERSAS JUNTO DAS PESSOAS PORTADORAS DA DOENÇA DE ALZHEIMER E RESPECTIVAS FAMÍLIAS, RESIDENTES NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE**

348 - Presente requerimento da Associação Alzheimer Pinhal Litoral, adiante designada por A.A.P.L., com o registo de entrada E/1485/2016, datado de 12 de fevereiro, a solicitar a cedência de um espaço físico para a realização de terapias diversas com os doentes de Alzheimer residentes no concelho da Marinha Grande e desenvolvimento de ações formativas e informativas para cuidadores formais, informais e comunidade em geral.

Presente informação n.º 667 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – DCD -, datada de 17 de maio do corrente, na qual se dá conta, por um lado, da existência de inúmeros pedidos de familiares de doentes de Alzheimer residentes no concelho da Marinha Grande e por outro, da impossibilidade da Associação em dar resposta às diversas solicitações, por falta de um espaço físico nesta localidade.

Considerando que:

- A doença de Alzheimer altera a capacidade funcional do indivíduo, fazendo-o depender de terceiros, afetando não só o sujeito que sofre da doença, como também a família e todos aqueles com quem costuma conviver.
- Para o retardamento da evolução da doença é imperativo que os doentes com esta patologia sejam estimulados de variadas formas, através de terapias diversas
- Atualmente, os inúmeros pedidos de apoio efetuados, quer por parte de particulares (nomeadamente familiares de doentes de Alzheimer residentes no concelho da Marinha Grande), quer por parte do GAP da Junta de Freguesia da Marinha Grande, junto da A.A.P.L. estão sem resposta;
- A referida Associação tem a sua sede em Leiria, o que impossibilita na maioria dos casos a deslocação dos doentes de Alzheimer residentes na Marinha Grande para a referida localidade;
- Nesta sede, o espaço em si já se está a tornar também demasiado pequeno para os serviços que prestam aos doentes e respetivas famílias que ali se dirigem da zona do Pinhal Litoral;
- Na maioria dos casos, as famílias das pessoas portadoras da doença de Alzheimer, residentes no concelho da Marinha Grande não dispõem nem de capacidade económica nem de disponibilidade também para os transportarem para Leiria, para desta forma poderem fazer as terapias necessárias;
- Desta forma, os doentes de Alzheimer existentes no nosso concelho estão a ser privados do acompanhamento necessário que lhes permita retardar os efeitos decorrentes desta patologia;
- A AAPL para poder prestar o devido apoio e acompanhamento aos doentes de Alzheimer e respetivas famílias residentes no concelho necessita de um espaço físico para o efeito;

- Existe uma sala disponível localizada no antigo Edifício da Ivima, com cerca de 39,50 m2, que foi anteriormente ocupada pelo Núcleo Regional do Centro da Liga Portuguesa Contra O Cancro (LPCC);
- O referido espaço funcionaria não apenas como sede administrativa e de apoio para a realização das diversas terapias com os doentes residentes no concelho, como também serviria para o desenvolvimento de ações formativas e informativas para cuidadores formais, informais e comunidade em geral.
- De acordo com o parecer técnico (em anexo), a cedência destas instalações traduz-se num benefício avaliado em cerca de 125,00€ mensais, isto é, 1.500,00€ (mil e quinhentos euros) anuais.

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso das competências previstas nas alíneas o), u) e ee) do n.º1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março, aprovar a cedência da sala que se encontra disponível e a respetiva celebração de um Contrato de Comodato com a Associação Alzheimer Pinhal Litoral (AAPL) cuja minuta se anexa (Anexo 3), referente ao Torreão Norte, do antigo Edifício da Ivima, sito na Avenida 1ª de Maio, nº99, 2430-210 Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o número 19558 e inscrito sob o artigo matricial urbano 19649-P, com a área de 39,50m2, por um período de dois anos, renovável anualmente, para a referida Associação dar início ao devido acompanhamento de todos os doentes com patologia de Alzheimer e respetivas famílias residentes no concelho, da Marinha Grande.

Mais delibera que deve a Associação Alzheimer Pinhal Litoral (AAPL) assumir as despesas respeitantes aos consumos de água, energia elétrica, gás, limpeza, comunicações e outras decorrentes da utilização do espaço cedido.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

#### **34 - VOTO DE LOUVOR E FELICITAÇÃO AO ATLETA NUNO SARAIVA**

349 - Presente a seguinte proposta:

##### ***“VOTO LOUVOR E FELICITAÇÃO***

*A Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a Presidência de Paulo Jorge Campos Vicente, nesta data, aprova por UNANIMIDADE um VOTO DE LOUVOR e FELICITAÇÃO ao Município NUNO SARAIVA pela sua qualificação para os Jogos Olímpicos de Verão, que terão lugar no Rio de Janeiro de 3 a 21 de Agosto de 2016, na competição de Judo.*



Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
09/06/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 15

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 13:50 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Paula Cristina Ascenso Moreira, Técnica Superior, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente

A Secretária da reunião